ATA N.º 10/2018

-----Ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Cantanhede realizada no dia 15 de maio de 2018.-----

-----Aos quinze dias do mês de maio de 2018, nesta Cidade de Cantanhede, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Cantanhede, pelas 15h30 horas, sob a Presidência da Senhora Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira e com a participação dos Senhores Vereadores, Dr. Pedro António Vaz Cardoso, Professor; Júlio José Loureiro Oliveira, Empresário; Enf.ª Célia Maria de São José Simões, Enfermeira; Dr. Adérito Ferreira Machado, Técnico de Análises Clínicas e Arq.º Gonçalo Henrique de Aguiar Magalhães, Arquiteto. Não esteve presente na reunião o Senhor Vereador, Dr. Luis Silva, falta que a Câmara, por unanimidade, deliberou considerar justificada. Foi presente o Resumo de Tesouraria, n.º 103, datado de 14/05/2018, na importância de 397.022,79 € (trezentos e noventa e sete mil, vinte e dois euros e setenta e nove cêntimos). Tendo sido previamente distribuída por todos os membros do Executivo, através de e-mail, o texto da ata n.º 09/2018, foi a mesma dispensada da sua leitura e aprovada por unanimidade, tendo de seguida sido assinada.-----

-----**PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO / DIREÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE**: Presentes, na reunião, os elementos da Direção dos Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Cantanhede, recentemente eleita, liderada pela sua Presidente, Dr.ª. Fátima Soares, os quais apresentaram cumprimentos ao Executivo e comunicaram algumas atividades que pretendem levar a efeito no presente ano, destacando, o Dia do Associado, a realizar já no próximo dia 30 de maio, onde pretendem homenagear os colegas que

estiveram na fundação da Associação. Também, mostraram total disponibilidade em colaborar com a Autarquia nas iniciativas que esta julgue adequadas. A Sr^a. Presidente da Câmara agradeceu a presença da comitiva, fez votos para que aquela direção e restantes órgãos sociais realizem um ótimo mandato, saudou a disponibilidade dos associados em integrar aqueles corpos sociais e desejou que as ações e iniciativas que pretendem dinamizar sejam a contento de todos e promovam o fortalecimento do espírito de grupo dos colaboradores da Câmara Municipal e Inova, EM-SA. Por último, referiu que a Autarquia estará sempre disponível, dentro das suas possibilidades, para colaborar nas iniciativas promovidas pelos Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Cantanhede.-----

-----Posto isto e com a presença dos Senhores Diretores do Departamento de Obras e Urbanismo, Eng.^o António Abreu e do Departamento Administrativo e Financeiro, Dr. José Negrão, procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes da agenda de trabalhos antecipadamente entregue a todos os membros.-----

1 - ALTERAÇÃO DA REUNIÃO CAMARÁRIA DE 5 DE JUNHO DE 2018:- a Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma Proposta por si subscrita, em 09/05/2018, do seguinte teor: “O n.º 1 do art.º 8.º do Regimento da Câmara Municipal de Cantanhede refere que “as reuniões de Câmara realizam-se habitualmente no Salão Nobre dos Paços do Município, podendo realizar-se noutros locais, quando assim for decidido e publicitado.” Por sua vez o n.º 5 do art. 9.º do referido Regimento menciona que “quaisquer alterações ao dia e hora das reuniões da Câmara Municipal, deverão ser devidamente justificadas e comunicadas a todos os membros da Câmara Municipal (...) Deste modo, considerando que é objetivo deste Autarquia, no presente mandato, levar a efeito algumas reuniões do Executivo Camarário fora dos Paços do Município e junto da população do Concelho, podendo as mesmas realizarem-se nas juntas de

freguesia, associações e coletividades, IPSS's e demais entidades locais, de modo a permitir participação generalizada do público; considerando que a Sociedade Filarmónica de Covões foi fundada no ano de 1868, tendo feito a sua primeira atuação, no dia 13 de junho desse ano, no dia da festa do padroeiro Santo António, estando, por conseguinte, a comemorar o seu 150.º Aniversário. Considerando a pertinência em realizar, na proximidade daquela data, na Sociedade Filarmónica de Covões uma reunião do Executivo Camarário, no sentido de reconhecer o trabalho desenvolvido por aquela Associação e permitir a participação dos seus corpos sociais, instrumentistas, associados, colaboradores e amigos. Proponho que a reunião privada do Executivo Camarário, agendada para o dia 5 de junho do corrente ano, passe a ser pública e se realize naquele mesmo dia, pelas 18,00 horas, no Auditório da Sede da Sociedade Filarmónica de Covões, sito na Rua do Cemitério, 220 – Covões.” *A Câmara, por unanimidade e concordando com os fundamentos constantes na proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara, deliberou que a reunião privada do Executivo Camarário, agendada para o dia 5 de junho 2018, passe a ser pública e se realize naquele mesmo dia, pelas 18,00 horas, no Auditório da Sede da Sociedade Filarmónica de Covões, no lugar de Covões, União das Freguesias de Covões e Camarneira. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

2 - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 04/07/2017 / ALIENAÇÃO DOS LOTES N.ºS 12, 16 E 17 DO PARQUE TECNOLÓGICO DE CANTANHEDE À BIOCANT – ASSOCIAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E VENDA DOS LOTES 12, 13, 16 E 17 À CANTADVISER, S.A.:-

a Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma Proposta por si subscrita em 10/05/2018, do seguinte teor: “a. A Câmara Municipal de Cantanhede aprovou em 20 de junho de 2017 uma proposta de “Contrato Promessa de Compra e Venda e Contrato de Cessão de Exploração” a celebrar entre

a “Associação Beira Atlântico Parque (ABAP)” e a “Biocant - Associação de Transferência de Biotecnologia” (BIOCANT) com a empresa “Green Innovation”; b. A minuta do referido contrato promessa foi aprovada também na Assembleia Municipal de Cantanhede em sessão ordinária do dia 30 de junho de 2017; c. Posteriormente a referida minuta foi ajustada com a designação da empresa compradora que por indicação da Green Innovation, denominada Cantadviser, S.A., conforme deliberações da Câmara Municipal de 16 de agosto de 2017 e da Assembleia Municipal tomada em sessão de 15 de setembro de 2017; d. Nos termos desse documento, seriam vendidos, como foram, os prédios ou direitos de superfície da ABAP e da Biocant na Zona Industrial de Cantanhede – Z.I.) correspondentes a: - Lote nº1; - Edifício sede (Lote nº2); - Edifício Biocant - Centro de Inovação (Lote nº3); - Edifício Biocant PMES (Lotes 4, 5, 6 e 7); - Edifício Biocant III (lote nº 14/15); - Lote n.º 11A. e. Além da venda do imóvel referido, seria também cedido, como foi, o direito de exploração de parte dos estabelecimentos explorados pelas duas associações, pelo prazo de 20 anos; f. Os contratos de compra e venda e cessão de exploração constituem um negócio único e incindível, sendo que o eventual desvio do fim dos contratos, qual seja o da prossecução pela Cantadviser, S.A. do objeto prosseguido pelas Associações contratantes, entre outros, criar e desenvolver, em Cantanhede, um Parque de Biotecnologia, tendo em vista o exercício de atividade de investigação, desenvolvimento experimental e demonstração, promoção, inovação e difusão tecnológicas, a formação e informação científica e técnica, a criação de infraestruturas de apoio tecnológico aos diversos setores da atividade económica relacionada visando o patrocínio, desenvolvimento, e aplicação do conhecimento avançado na área das Ciências da Vida, apoiando iniciativas empresariais de elevado potencial; g A Cantadviser, S.A. tem, pois, a intenção de dinamizar e maximizar a atividade

desenvolvida no BIOCANT PARK, salvo a exploração do edifício UC Biotech, através da cessão da exploração que lhe foi concedida e aquisição do imóvel referido; h. Nessa linha de atuação, a Cantadviser, S.A. manifestou à Câmara Municipal, vontade de adquirir 60 ha de terreno anexos às atuais instalações do Biocant Park, e também a aquisição dos lotes nº 12, 13, 16 e 17 do loteamento n.º 9/2002, pertencentes ao Município de Cantanhede; i. Na perspetiva das negociações existentes à data, entre a Green Innovation, a ABAP e a Biocant, no sentido de adquirir os lotes envolventes aos já contratados e que permitissem a construção para fixação de novas empresas na área da Biotecnologia, continuando a promoção e consolidação do Park, a Câmara Municipal deliberou a cedência dos lotes n.º 12, 16 e 17 referidos à supra referida Biocant- Associação de Transferência de Tecnologia, conforme condições constantes da deliberação por si tomada em reunião de 04 de julho de 2017; j. A alienação seria efetuada por contrato de compra e venda de acordo com os valores ali estabelecidos; k. Entretanto, foi já readquirido pelo Município o lote n.º 13 cujo proprietário não procedeu à construção nos prazos contratados, pelo que o mesmo faz parte do património municipal e está disponível para venda; Assim, foi solicitado ao sr. Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo a indicação dos valores dos lotes em causa, tendo este referido que os valores indicados na última avaliação, estão atuais e em conformidade com as condições do 4º aditamento ao referido alvará nº 9/2002, valores esses que se indicam: Lote 12: Área – 1500 m²; Área de implantação - 490 m²; Área bruta de construção – 750 m²; Altura máxima - 10m; Valor de venda: 55.000,00 €; Lote 3: Área – 3000m²; Área de implantação - 950 m²; Área bruta de construção - 1500 m²; Altura máxima - 10m; Valor de venda - 105.000,00 €; Lote 16: Área – 3000m²; Área de implantação - 950 m²; Área bruta de construção - 1500 m²; Altura máxima - 10m; Valor de venda -105.000,00 €; Lote 17: Área – 3350m²; Área de implantação - 1140 m²; Área

bruta de construção - 1675m²; Altura máxima - 10m; Valor de venda - 117.500,00 €

Assim: 1. Atendo tudo o exposto. 2. Tendo presente os interesses da Cantadviser, S.A. em desenvolver a sua atividade referida nas instalações da Biocant, que adquiriu e cuja concessão de exploração lhe foi adjudicada, bem como a intenção de expandir essa atividade noutras construções a levar a efeito na Zona Industrial. 3. Tendo em conta que a Biocant vendeu à referida empresa o seu imobilizado e concedeu à mesma a concessão de exploração da atividade na área da Biotecnologia referida supra. 4. Considerando que, nesses termos, a aquisição dos lotes 12, 16 e 17 referidos, conforme deliberação da Câmara Municipal, deixa de ter interesse direto para a referida Biocant. 5. Tendo ainda em conta o interesse para o Município que o Biocant Park se consolide e desenvolva através da fixação de novas empresas na área da Biotecnologia, e enquanto centro de investigação científica nas Ciências da Vida, abrangendo toda a sua cadeia de valor, desde a científica até à financeira, e ainda o interesse em permitir ao concessionário dessas atividades a possibilidade de conseguir alcançar esse desiderato. Proponho que: A. Seja revogado o ponto 22 da deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal datada de 2017-07-04, - “Alienação à Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia dos lotes 12, 16 e 17 da Zona Industrial de Cantanhede”. B. Seja deliberada a venda dos referidos lotes 12, 13, 16 e 17 à Cantaviser, S.A. para os fins constantes da alínea f) supra pelos valores indicados na alínea r)”. *A Câmara, por unanimidade e concordando com os fundamentos constantes na proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara, deliberou: 1) Revogar a sua deliberação de 4 de julho de 2017, referente à alienação à Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia dos lotes 12, 16 e 17, do Parque Tecnológico, na Zona Industrial de Cantanhede; 2) Alienar à Cantaviser, S.A., os seguintes prédios: - O Lote n.º 12, com a área de 1.500,00 m², inscrito na matriz predial urbana da freguesia de*

Cantanhede e Pocariça sob o artigo n.º 4983, o qual provem do artigo matricial urbano n.º 7243 da freguesia de Cantanhede (extinta), descrito na Conservatória do Registo Predial pela inscrição 12356/20100923 da freguesia de Cantanhede, pelo valor de 55.000,00 € (cinquenta e cinco mil euros); O Lote n.º 13, com a área de 3.000,00 m2; inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Cantanhede e Pocariça sob o artigo n.º 4984, o qual provem do artigo matricial urbano n.º 7244 da freguesia de Cantanhede (extinta), descrito na Conservatória do Registo Predial pela inscrição 12357/20100923 da freguesia de Cantanhede, pelo valor de 105.000,00 € (cento e cinco mil euros); - O Lote n.º 16, com a área de 3.000,00 m2, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Cantanhede e Pocariça sob o artigo n.º 4985, o qual provem do artigo matricial urbano n.º 7247 da freguesia de Cantanhede (extinta), descrito na Conservatória do Registo Predial pela inscrição 12360/20100923 da freguesia de Cantanhede, pelo valor de 105.000,00 € (cento e cinco mil euros); - O Lote n.º 17, com a área de 3.350,00 m2, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Cantanhede e Pocariça sob o artigo n.º 4986, o qual provem do artigo matricial urbano n.º 7248 da freguesia de Cantanhede (extinta), descrito na Conservatória do Registo Predial pela inscrição 12361/20100923 da freguesia de Cantanhede, pelo valor de 117.500,00 € (cento e dezassete mil e quinhentos euros. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

3 - ADENDA AO ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CANTANHEDE E A FREGUESIA DE FEBRES / ART.º 132º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO / MANDATO 2018-

2021:- A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 15/05/2018, pelo seu Chefe de Gabinete, do seguinte teor: “O Acordo de Execução da Junta de Freguesia de Febres referente à alínea e) aprovado na

Assembleia Municipal de 26/02/2018, contemplava 7 salas de aula, quando efetivamente são 8 salas que estão a ser utilizadas. Deste modo, proponho que seja feita uma adenda ao Protocolo, que reflita esta alteração, onde o valor a transferir para a junta de freguesia de febres seja 1.600,00 € em vez dos 1.400,00 € aprovados na Assembleia Municipal acima mencionada. A Minuta do protocolo será anexada a esta informação.” Junto ao processo encontra-se uma informação de cabimento de verba emitida em 15/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento. *A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pelo Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, bem como a informação prestada pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento, deliberou: 1) Aprovar a minuta da Adenda ao Acordo de Execução de Delegação de Competências, celebrado a 10/04/2018, documento da qual ficará um exemplar arquivado em pasta anexa ao presente livro de atas, entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Febres; 2) Mandar submeter a referida minuta do Acordo de Execução de Delegação de Competências à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; 3) Mandatar a Senhora Presidente para proceder à assinatura da referida Adenda. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.* -----

4 - AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE UM ESTALEIRO PARA A FREGUESIA DE OURENTÃ / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DE

OURENTÃ:- A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 15/05/2018, pelo seu Chefe de Gabinete, do seguinte teor: “Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar o seguinte: Considerando que a Junta de Freguesia de Ourentã adquiriu terreno para um estaleiro de inertes da

Junta de freguesia de Ourentã; Considerando que, nos termos do n.º 1 do art.º 23.º da lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias; Considerando que, nos termos do n.º 1 alínea o) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à defesa dos direitos dos cidadãos; Considerando o exposto, proponho a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Ourentã, no montante total de 1.500,00 €, destinados a participar na aquisição do terreno para um estaleiro de inertes da junta; Considerando que, nos termos do n.º 1 alínea j) do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, propõe-se que o assunto em epígrafe seja votado em Assembleia Municipal. O pagamento ocorrerá em função dos documentos de despesa apresentados.” Junto ao processo encontra-se uma informação de cabimento de verba emitida em 15/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento. *A Câmara, por unanimidade, tendo por base a informação prestada pelo Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência e bem assim a informação do Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento, deliberou: 1) Atribuir um subsídio no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) à Freguesia de Ourentã, destinado a participar na aquisição de um terreno, para a construção de um estaleiro para aquela freguesia, mediante a prévia entrega de documentos comprovativos da realização das despesas, de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33 e do n.º 1 do art.º 23, da Lei n.º 75/2013, de*

12 de setembro; 2) Mandar submeter à Assembleia Municipal a presente deliberação, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.—

5 - OBRAS NA IPSS DE SEPINS / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO SOCIAL POLIVALENTE DA FREGUESIA DE SEPINS:- O Senhor Vereador, Dr.

Adérito Machado, apresentou à Câmara uma informação prestada em 14/05/2018 pela Divisão de Educação e Ação Social/Serviço Municipal de Ação Social, do seguinte teor:

“Na sequência de receção do ofício do Centro Social Polivalente da Freguesia de Sepins, contendo um pedido para apoio para obras da antiga escola de Sepins, para adaptar ao futuro Centro de Dia, vem o Serviço Municipal de Ação Social, informar: Considerando que o Centro Social Polivalente da Freguesia de Sepins, é uma associação de natureza social, com o Nif: 504139916, sediada na localidade de Sepins, concelho de Cantanhede com data de constituição de Associação de 24 de julho de 1992, tendo obtido o registo como IPSS em 2002, B-1/42 de 2002 Nº 88/2002 do Livro nº 9 das Associações de Solidariedade Social, conforme Estatutos em anexo. Considerando que a Instituição apresenta o CAE: 88990, desenvolvendo a sua atividade na área de saúde humana e apoio social, designadamente outras atividades de apoio social, sem alojamento. Considerando também todas as demais démarches internas encetadas para dar cumprimento ao presente pedido de apoio, cumpre-me informar após diligências prévias de recolha de informação, em conformidade com a recomendação do Tribunal de Contas/Conselho de Prevenção da Corrupção, designadamente da remessa de ofício ao Centro Social Polivalente da Freguesia de Sepins para o cabal cumprimento dos requisitos legais, bem como apresentar a presente informação para despacho superior: Assim, o Centro Social Polivalente da Freguesia de Sepins apresenta-se como uma Instituição Particular de Solidariedade

Social, sem fins lucrativos, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, tendo sido publicado no Diário da Republica n.º 247, III Série, de 25 de outubro de 2002, fl. 23086, conforme documento anexo. A Instituição assume, na União de Freguesias de Sepins e Bolho, a missão de compensar as desigualdades e disfunções geradas pelos sistemas económicos, apresentando-se como promotora de serviços no âmbito de atividades de apoio social. O Centro Social Polivalente da Freguesia de Sepins, tem ainda vindo a desenvolver diligências distintas de progresso nas atividades de apoio social, designadamente na antiga escola básica, através da requalificação deste espaço, para promoção de respostas de apoio social aos cidadãos e às necessidades locais, designadamente para um futuro Centro de Dia para a localidade de Sepins. Por fim, a dinâmica local do Centro Social Polivalente da Freguesia de Sepins, tem vindo a aumentar, ao longo dos anos, tentando dar resposta à realidade sociodemográfica atual, com um acentuado envelhecimento da população, em virtude dos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida. Pelo exposto, coloca-se à consideração superior a proposta de atribuição de um subsídio ao Centro Social Polivalente da Freguesia de Sepins, para apoio nas obras a executar no antigo edifício da escola básica de Sepins, as quais orçam num valor global de € 43.980,00 (quarenta e três mil, novecentos e oitenta euros). Ressalve-se, que a Instituição não possui licença de utilização para Centro de Dia, nem solicitou ao Conselho Local de Ação Social de Cantanhede o pedido de Parecer Técnico para o desenvolvimento da resposta social de Centro de Dia na localidade de Sepins, procedimentos necessários a desenvolver.” Junto ao processo encontra-se uma informação de cabimento de verba emitida em 15/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento. *A Câmara, por unanimidade, tendo por base a informação prestada pela Divisão de Educação e Ação Social/Serviço Municipal de*

Ação Social, bem como a informação prestada pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento e de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33º e da alínea e) do n.º 2 do art.º 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou atribuir ao Centro Social Polivalente da Freguesia de Sepins um subsídio no valor de 10.000,00 € (dez mil euros) destinado a participar nas obras a executar no antigo edifício da escola básica de Sepins, para promoção de respostas de apoio social aos cidadãos e às necessidades locais, designadamente para um futuro Centro de Dia naquele lugar, nos precisos termos do preconizado na referida informação prestada pela Divisão de Educação e Ação Social/Serviço Municipal de Ação Social. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

6 - OBRAS NA CASA DA JUVENTUDE / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FÁBRICA

DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO CAETANO, A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 15/05/2018, pelo seu Chefe de Gabinete, do seguinte teor: “Considerando que a Fabrica da Igreja Paroquial de São Caetano procedeu a obras de beneficiação da Casa da Juventude de São Caetano; Considerando que, o referido edifício é uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da freguesia de São Caetano e que o custo desta beneficiação foi de 12.942,90 €; Considerando que, nos termos do nº 1 do artº 23º da lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias; Considerando que, nos termos do nº 1 alínea o) do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à defesa dos direitos

dos cidadãos; Considerando o exposto, proponho a atribuição de um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial de São Caetano no montante total de 3.882,87 €, destinados a participar nas obras efetuadas. O pagamento ocorrerá em função do documento de despesa apresentado.” Junto ao processo encontra-se uma informação de cabimento de verba emitida em 15/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento. *A Câmara, por unanimidade, tendo por base a informação prestada pelo Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência e bem assim a informação do Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento e de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33 e do n.º 1 do art.º 23, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou atribuir um subsídio no montante de 3.882,87 € (três mil oitocentos e oitenta e dois euros e oitenta e sete cêntimos) à Fábrica da Igreja Paroquial de São Caetano, destinado a participar nas obras de beneficiação da Casa da Juventude de São Caetano, mediante a prévia entrega do documento de despesa comprovativo daquelas obras. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

7 - MANUTENÇÃO DO RELVADO NATURAL DA ACADEMIA MUNICIPAL DE GOLFE / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CLUBE DE GOLFE DE CANTANHEDE:-

A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 11/05/2018 pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor: “No âmbito do protocolo de colaboração celebrado em 27/08/10 entre o Município de Cantanhede e o Clube de Golfe de Cantanhede, o Clube de Golfe recebeu do Município a responsabilidade da gestão do campo, assegurando o seu respetivo funcionamento com a persistente determinação em aumentar o número de praticantes, divulgando o golfe com enfoque particular na modalidade de Pitch&Putt, nas suas vertentes lúdica, de ensino e vertente competitiva. Assim, e: - Considerando que a construção do Campo

Municipal de Golfe constituiu um considerável investimento do Município de Cantanhede na criação de condições para a promoção de uma prática desportiva de qualidade e diferenciada, com elevado impacto positivo no desenvolvimento económico e social do concelho e que importa agora promover e dinamizar; - Considerando que o Clube de Golfe é uma associação sem fins lucrativos e que desenvolve no concelho de Cantanhede atividades de cariz desportivo; Considerando a melhoria operada no Campo em 2017, com greens em relvado natural; Considerando os pedidos que têm vindo a ser efetuados em reuniões com o Presidente do Clube de Golfe de Cantanhede, a Sr.^a Presidente da Câmara, a Chefe de Divisão de Cultura e Desporto e os técnicos responsáveis; Propõe-se que seja atribuído um subsídio ao CGC em 2018, no valor de 32.472 €, pago em prestações mensais com retroativos ao mês de janeiro de 2018, para a manutenção da Academia Municipal de Golfe em perfeito estado de conservação. Os técnicos do município verificarão a veracidade destes pressupostos mensalmente através de informação prestada ao executivo municipal. Este subsídio enquadra-se na alínea o) do n.º 1 do artigo 33, e na alínea e) do n.º 2 do artigo 23, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” Junto ao processo encontra-se uma informação de cabimento de verba emitida em 15/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento.

A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo e bem assim a informação do Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento, deliberou atribuir um subsídio no montante de 32.472,00 € (trinta e dois mil quatrocentos e setenta e dois euros) ao Clube de Golfe de Cantanhede, destinado a participar nos custos de manutenção do relvado da Academia Municipal de Golfe, a pagar nos precisos termos e condições constantes na referida informação. A ata foi aprovada em

minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

8 - EDIÇÃO DE LIVRO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FEDERAÇÃO

PORTUGUESA DE CONFRARIAS:- A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao

Executivo uma informação prestada em 09/05/2018 pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor: “A Federação Portuguesa das Confrarias Gastronómicas (FPCG) tem vindo a desenvolver um projeto editorial que aborda todo o património associado às confrarias de Portugal. No âmbito deste projeto, pretende-se divulgar através da edição de uma publicação de qualidade, quer o importante trabalho de dinamização que cada uma das confrarias tem vindo a desenvolver, quer o conjunto do património histórico, paisagístico, cultural e arquitetónico associado à gastronomia. A recolha das informações tem vindo a ser efetuada pela jornalista Ana Catarina André e pela fotojornalista Marisa Cardoso, ambas com trabalho publicado sobre o tema, e o estudo recolhido pretende ser um veículo de promoção dos territórios locais e de apresentação do que os caracteriza em termos gastronómicos e culturais. Pelo exposto, e: - Considerando que o concelho de Cantanhede conta atualmente com um calendário de excelência no que se refere a iniciativas de âmbito gastronómico, em torno das quais se desenvolve uma riquíssima e notável dinâmica sociocultural com larga expressão territorial; - considerando que a gastronomia é assumida como forma de promoção turística e cultural de Cantanhede, e que estas iniciativas são a afirmação pelos nossos produtos endógenos do eclético e ancestral património gastronómico, etnográfico e cultural do concelho; considerando a enorme diversidade patente nas 23 mostras gastronómicas, dinamizadas por associações e juntas de freguesia, que dão a conhecer a variedade e qualidade dos produtos e das receitas desta região, que inclui as zonas da Gândara, Bairrada e do Baixo Mondego; - considerando o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas duas confrarias do concelho; Propõe-se que o

Município de Cantanhede se associe a esta publicação, através da atribuição de um subsídio no valor de 400€ à Federação Portuguesa das Confrarias Gastronómicas. A atribuição deste subsídio enquadra-se na alínea o) do n.º 1 do artigo 33, e na alínea e) do n.º 2 do artigo 23, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” Junto ao processo encontra-se uma informação de cabimento de verba emitida em 15/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento. *A Câmara, por unanimidade, tendo por base a informação prestada pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo e bem assim a informação do Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento e de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33, e na alínea e) do n.º 2 do artigo 23, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou atribuir um subsídio no montante de 400,00 € (quatrocentos euros) à Federação Portuguesa das Confrarias, destinado a participar nas despesas de uma publicação de carácter gastronómico, a pagar nos precisos termos e condições constantes na referida informação. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

9 - PARCELA DE TERRENO DESTINADA A ARRANJO URBANÍSTICO E ESTACIONAMENTO / CENTRO DE SAÚDE DE CANTANHEDE / DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS/DIREÇÃO – GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS, Ofício n.º 2547

datado de 04/05/2018, do seguinte teor: “Relativamente ao assunto em epígrafe, venho solicitar a V. Ex.ª que informe se mantém o interesse na aquisição de uma parcela de terreno a destacar do prédio do Estado onde se encontra instalado o Centro de Saúde de Cantanhede pelo valor homologado de € 138.000, conforme comunicado no n/ ofício n.º 3759, de 08-08-2017.” Junto ao processo encontra-se o ofício n.º 3759, 08/08/2017, também daquela entidade mencionado naquela comunicação e que refere o seguinte: “Relativamente ao assunto em epígrafe, informo V. Ex.ª de que foi homologado o valor

de € 138.000, conforme informação n.º 117/DSAVP/2017 de 14 de julho, de que se anexa fotocópia, tendo em vista a eventual alienação a esse Município de uma parcela de terreno a destacar do prédio do Estado onde se encontra instalado o Centro de Saúde de Cantanhede para que possa proceder a um arranjo paisagístico que engloba espaços verdes/jardins e parque de estacionamento. Nesta conformidade, fica esta Direção-Geral a aguardar a comunicação da aceitação do valor homologado, de modo a poder prosseguir com o processo de alienação.” *A Câmara tomou conhecimento da posição assumida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças e, por unanimidade, deliberou: 1) Manifestar o seu total desagrado e lamentar a posição assumida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nesta matéria, porquanto, o Município de Cantanhede estava disponível para realizar as obras do arranjo urbanístico e espaço envolvente ao Centro de Saúde de Cantanhede, requalificando todo aquele espaço, situação que iria beneficiar a população e os profissionais de saúde como tal, não pode o município aceitar, nem estar disponível para efetuar qualquer tipo de investimento inerente à utilização daquele espaço. O Município de Cantanhede não aceita substituir-se ao Ministério da Saúde, na beneficiação daquele espaço e ser violentamente onerado com o pagamento respeitante àquela utilização; 2) Dar conhecimento do teor da presente deliberação ao Ministério da Saúde, D.G.T.F., ARS do Centro, Hospital de Cantanhede, Centro de Saúde de Cantanhede e União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-*

10 - DESCARGAS INDEVIDAS DO INTERCETOR SUL DO SISTEMA DE SANEAMENTO DA ÁGUA DO CENTRO LITORAL / RESPOSTA DO SR SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE,

A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo, na sequência do ofício n.º 3300, datado de 20/03/2018, por si enviado, ao Sr. Ministro do Ambiente, o teor do mesmo. Por ofício n.º 1390 datado

de 09/05/2018 o Gabinete do Senhor Secretário de Estado, refere o seguinte: “Tendo presente o vosso ofício n.º 3300, de 20.03.2018, relativo ao assunto mencionado em epígrafe, encarrega-me o Secretário de Estado de informar V. Exa que o mesmo foi remetido para a Agência Portuguesa do Ambiente e para a Adp – Águas de Portugal, SGPS, S.A., para os devidos efeitos, mais se informa que de acordo com o grupo Águas de Portugal, a empresa Águas do Centro Litoral, S.A. encontra-se a proceder à implementação das medidas de minimização das questões associadas às descargas de emergência, que, em conjunto com a construção da nova ETAR de Mira / Cantanhede, irão melhorar a qualidade de todas as massas de água.” *A Câmara tomou conhecimento.*-----

11 - POLUIÇÃO A CÉU ABERTO EM ZONAS DE REDE NATURA 2000, MIRA E CANTANHEDE / PARA CONHECIMENTO / DO GRUPO PARLAMENTAR OS

VERDES, mail, datado de 04/05/2018, enviando a resposta do Ministério do Ambiente à pergunta que lhe foi dirigida pelos deputados José Luis Ferreira e Heloísa Apolónia, no âmbito da Poluição a céu aberto em zona de Rede Natura 2000 (Mira e Cantanhede), do seguinte teor: “Na sequência do ofício acima identificado, e em resposta à pergunta parlamentar n.º 1593/XIII/3.ª, de 19 de março de 2018, formulada pela Senhora Deputada Heloísa Apolónia e pelo Senhor Deputado José Luís Ferreira, do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista (PEV), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente de transmitir o seguinte: 1 Que motivos levam a que frequentemente estejam a ser rejeitadas na linha de água, efluentes sem o devido tratamento pela Estação Elevatória das Cochadas? O sistema de recolha e drenagem de efluentes sob a gestão municipal de Cantanhede e de Mira funciona corretamente em condições climatéricas normais. Todavia, em episódios de afluências anormais e indevidas ao sistema, nomeadamente de origem freática ou pluvial nas redes em baixa, podem

ocorrer descargas na estação elevatória (EE). 2. O Ministério do Ambiente tem conhecimento das descargas de efluentes que são rejeitados nas valas da Gândara (Mira e Cantanhede), em particular a da Fervença, sem o devido tratamento por parte da Águas do Centro Litoral? O Ministério do Ambiente, através da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) e das Águas do Centro Litoral, S.A., tem conhecimento das descargas efetuadas junto à Estação Elevatória (EE) de Cochadas, Infraestruturas sob a responsabilidade daquela entidade gestora. 3.º A AdCL tem alguma licença para a rejeição de águas de Mira e Cantanhede? As descargas de emergência apenas poderão ocorrer excecionalmente, ou seja, em caso de falha energética, afluências indevidas de caudais ou obstrução na rede, designadamente. Por essa razão, não existe autorização ou licença para descargas de emergência. 4. O ministério do Ambiente confirma que a AdcL está a realizar obras no sentido de canalizar os esgotos diretamente para a Vala Real? A APA e a AdCL encontram-se a implementar medidas com vista a minimizar os problemas associados às referidas descargas. Das ações já concluídas resultou um aumento da capacidade de bombagem do sistema elevatório em cerca de 20% (limite máximo possível) e a deslocalização da descarga de emergência da referida EE. 5. O Ministério não considera que a requalificação da Barrinha de Mira, nomeadamente o seu desassoreamento é incompatível com a quantidade de matéria orgânica que ai se deposita em resultado dos problemas dos tratados efluentes pela AdCL? As medidas de minimização agora implementadas e a construção da nova Estação de Tratamento de Águas Resiuais (ETAR) de Mira/Cantanhede irão melhorar a qualidade de todas as massas de água nomeadamente na Barrinha de Mira. 6. Qual o volume de efluentes que estão a ser tratados na ETAR de Ílhavo, proveniente dos Municípios de Mira e Cantanhede? Qual a percentagem de efluentes que são tratados na ETAR, em relação às águas residuais

que entram na rede de saneamento? A totalidade dos efluentes de Mira e uma grande percentagem dos efluentes de Cantanhede, nomeadamente os efluentes industriais, estão a ser encaminhados para o sistema da AdCL e tratados na ETAR de Ílhavo, correspondendo estas afluências a cerca de 30% dos efluentes entrados na ETAR. Relativamente ao volume de efluentes provenientes dos Municípios de Mira e Cantanhede foram tratados, em 2017, 853.829 m³ e 1.521.251 m³, respetivamente. 7. Tendo em consideração que têm vindo a ocorrer sucessivas descargas de efluentes, em particular nas valas de Mira, que medidas urgentes serão tomadas no sentido de travar este atentado ambiental? Além das medidas referidas em 4, encontra-se em fase de projeto a construção da nova ETAR de Mira/Cantanhede e a remodelação do sistema, para que os efluentes provenientes destes dois concelhos não afluam à ETAR de Ílhavo, mas sim a esta nova infraestrutura.” *A Câmara tomou conhecimento.*-----

12 - PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA E O MUNICÍPIO DE CANTANHEDE / ACESSO À INFORMAÇÃO REFERENTE AOS DADOS CONSTANTES DA MATRIZ PREDIAL DE PRÉDIOS / SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS / DA ANMP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, mail datado de 06/04/2018 enviando a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Autoridade Tributária e Aduaneira, cujo objetivo visa o acesso à informação referente aos dados constantes da matriz predial relativos aos prédios, incluindo a identificação dos proprietários, para efeitos de identificação e notificação dos proprietários ou detentores de imóveis, no âmbito das ações de fiscalização a cargo do Município, decorrentes do Sistema da Defesa da Floresta contra Incêndios. *A Câmara, por unanimidade, deliberou: 1) Aprovar a minuta do Protocolo a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Autoridade Tributária, cujo objetivo visa o acesso à*

informação referente aos dados constantes da matriz predial relativos aos prédios, incluindo a identificação dos proprietários, para efeitos de identificação e notificação dos proprietários ou detentores de imóveis, no âmbito das ações de fiscalização a cargo do Município, decorrentes do Sistema da Defesa da Floresta contra Incêndios, documento do qual ficará um exemplar arquivado em pasta anexa ao presente livro de atas; 2) Mandatar a Senhora Presidente da Câmara para proceder à assinatura do referido Protocolo. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

13 - DOAÇÃO DE DOCUMENTOS DESTINADOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CANTANHEDE / MESES DE MARÇO E ABRIL DE 2018:-

O Senhor Vice-Presidente Dr. Pedro Cardoso apresentou à Câmara uma informação prestada em 03/04/2018 pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor: “Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 33, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aceitar doações, legados e heranças a benefício do inventário. Pelo exposto, junto se anexa a relação das ofertas efetuadas à Biblioteca Municipal durante o mês de março de 2018.” Ainda junto ao processo encontra-se uma informação prestada em 03/05/2018 pela mesma Divisão, do seguinte teor: “Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 33, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aceitar doações, legados e heranças a benefício do inventário. Pelo exposto, junto se anexa a relação das ofertas efetuadas à Biblioteca Municipal durante o mês de abril de 2018.”

A Câmara, por unanimidade e tendo por base as informações prestadas pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, deliberou aceitar e agradecer as doações constantes das relações anexas às informações, prestadas por aquela Divisão, respeitante aos meses de março e abril de 2018, as quais ficarão arquivadas em pasta anexa ao presente livro de atas, publicações estas que em muito irão enriquecer o espólio

bibliográfico da Biblioteca Municipal de Cantanhede. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

14 – CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DE ARTE-XÁVEGA / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA DA TOCHA:- O Senhor

Vice- Presidente, Dr. Pedro Cardoso, apresentou à Câmara uma informação prestada em 22/01/2018 pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor: “A Associação de Moradores da Praia da Tocha tem sido parceira do Município de Cantanhede na manutenção e gestão do Centro de Interpretação de Arte-Xávega, espaço de cariz cultural, educativo e turístico que vem reforçar a dinâmica da Praia da Tocha. Criado pelo Município de Cantanhede no âmbito do processo de requalificação do edifício do antigo Posto da Guarda Nacional Republicana, o Centro de Interpretação da Arte Xávega destina-se a fomentar a compreensão das dimensões, histórica, sociocultural e etnográfica de uma atividade piscatória tradicional bem representativa da Praia da Tocha. Além de apetrechos e artefactos usados pelas “companhas” locais da arte-xávega e de painéis informativos sobre a atividade ao longo de décadas, o Centro de Interpretação apresenta exposições de pintura e fotografia, bem como filmes e documentários sobre esta temática. Este espaço tem servido igualmente para acolher o Posto de Turismo, espaço a partir do qual se divulgam as potencialidades turísticas do concelho e se fortalecem os recursos endógenos suscetíveis de gerar uma oferta diferenciadora, revalorizando a oferta cultural e turística. Assim, propõe-se que este espaço tenha o seguinte horário no 1.º trimestre de 2018, reforçado nos períodos de maior afluência turística: Horário do Centro de Interpretação de Arte-Xávega: De 01 de janeiro a 31 de março: todos os domingos das 14h às 18h, abrindo igualmente no sábado de carnaval, na Sexta feira Santa e no sábado de Páscoa. O funcionamento e a limpeza deste espaço serão assegurados pela Associação de Moradores da Praia da

Tocha, coletividade fundada em outubro de 1986 que tem vindo a imprimir uma dinâmica bastante forte e coesa na defesa dos interesses desta excelente estância balnear. Pelo exposto, sugere-se a atribuição de um subsídio de 415,20€ a esta coletividade, para participar nas despesas com o funcionamento do Centro de Interpretação de Arte-xávega/Posto de Turismo entre os meses de janeiro e março do corrente ano. A atribuição deste subsídio enquadra-se na alínea o) do n.º 1 do artigo 33, e na alínea e) do n.º 2 do artigo 23, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” Junto ao processo encontra-se uma informação de cabimento de verba emitida em 26/04/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento. *A Câmara, por unanimidade, tendo por base a informação prestada pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo e bem assim a informação do Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento e de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33º e da alínea e) do n.º 2 do art.º 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou atribuir à Associação de Moradores da Praia da Tocha um subsídio no valor de 415,20 € (quatrocentos e quinze euros e vinte cêntimos) destinado a participar nas despesas com o funcionamento do Centro de Interpretação de Arte-Xávega/Posto Turismo entre os meses de janeiro e março do corrente ano, nos precisos termos do preconizado na referida informação prestada pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

15 – COMPLEXO DESPORTIVO DA TOCHA / ATRIBUIÇÃO À UDT – UNIÃO

DESPORTIVA DA TOCHA:- O Senhor Vereador, Dr. Adérito Machado, apresentou à Câmara uma informação prestada em 08/05/2018 pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor: “O Município de Cantanhede reconhece a importância que a dinâmica e a vitalidade desportivas assumem na realidade local e concelhia, e tem

demonstrado este reconhecimento nas mais diversas circunstâncias assegurando a cooperação com diferentes agentes desportivos. Assim, o Município de Cantanhede tem promovido ao longo dos últimos anos a realização de várias atividades desportivas no Complexo Desportivo da Tocha, considerando que iniciativas desta natureza se enquadram nos objetivos subjacentes à construção deste Complexo Desportivo e contribuem para a generalização da prática desportiva. Todos estes eventos de índole desportiva têm sido efetuados com a imprescindível cooperação do União Desportiva da Tocha, o qual tem assegurado: - a abertura e encerramento das instalações; - a conservação e manutenção do equipamento desportivo, assegurando o seu perfeito estado de operacionalidade e segurança; - a vigilância do complexo; - a limpeza do mesmo. Pelo exposto, sugere-se a atribuição de um subsídio no valor de 3.500€ ao União Desportiva da Tocha para participar nas despesas efetuadas por esta coletividade, garantindo o apoio às diversas iniciativas e eventos promovidos pelo Município, no Complexo Desportivo da Tocha. Este subsídio enquadra-se na alínea o) do n.º 1 do artigo 33, e na alínea e) do n.º 2 do artigo 23, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” Junto ao processo encontra-se uma informação de cabimento de verba emitida em 15/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento. *A Câmara, por unanimidade, tendo por base a informação prestada pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo e bem assim a informação do Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento e de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33º e da alínea e) do n.º 2 do art.º 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou atribuir à União Desportiva da Tocha um subsídio no valor de 3.500,00 € (três mil e quinhentos euros) destinado a participar nas despesas efetuadas por esta coletividade, nos precisos termos do preconizado na informação prestada pela Divisão de Cultura,*

Desporto e Turismo. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

16 – III TORNEIO DE FUTEBOL MEASINDOT CUP SEPINS 2018 / ATRIBUIÇÃO DE

SUBSÍDIO AO GRUPO DESPORTIVO DE SEPINS:- O Senhor Vereador, Dr. Adérito

Machado, apresentou à Câmara uma informação prestada em 18/04/2018 pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor: “O Grupo Desportivo de Sepins organizou nos dias 10 e 11 de fevereiro, o III Torneio de Futebol "Measindot" Cup Sepins 2018 direcionado para o escalão de benjamins, que envolveu mais de duas centenas de jovens atletas. O torneio, que contou com o Alto Patrocínio do Município de Cantanhede, teve a participação de 12 equipas, nomeadamente: o Sporting Clube de Portugal, o Futebol Clube do Porto, o Sport Lisboa e Benfica, o Clube de Futebol “Os Belenenses”, a Associação Académica de Coimbra - OAF, a Associação Desportiva da Taboeira, o Marítimo Futebol Clube Rosarense, o Futebol Clube Marialvas, o Febres Sport Clube, o Mem Martins Sport Clube, o Clube Atlético Mirandense e a equipa anfitriã, Grupo Desportivo de Sepins. Pelo exposto, sugere-se a atribuição de um subsídio no valor de 3.000€ (três mil euros) ao Grupo Desportivo de Sepins para comparticipar nas despesas efetuadas com o III Torneio de Futebol "Measindot" Cup Sepins 2018. Este subsídio enquadra-se na alínea o) do n.º 1 do artigo 33, e na alínea e) do n.º 2 do artigo 23, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” Junto ao processo encontra-se uma informação de cabimento de verba emitida em 15/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento. *A Câmara, por unanimidade, tendo por base a informação prestada pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo e bem assim a informação do Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento e de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33º e da alínea e) do n.º 2 do*

art.º 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou atribuir ao Grupo Desportivo de Sepins um subsídio no valor de 3.000,00 € (três mil euros) destinado a participar nas despesas efetuadas com o III Torneio de Futebol “Measindot” Cup Sepins 2018, nos precisos termos do preconizado na informação prestada pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

17 - CURSO DE FORMAÇÃO / CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DO MUSEU DA PEDRA / ISENÇÃO DE TAXAS / RATIFICAÇÃO DE DESPACHO / DA ASSOCIAÇÃO DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA E FOTOGRÁFICA DE CANTANHEDE, mail datado de

10/04/2018, solicitando a cedência do Auditório do Museu da Pedra, para o dia 16 de abril bem como todas as segundas feiras até ao final de junho do corrente ano, com isenção do pagamento de taxas, para a realização do Curso de formação de Fotografia. Em 08/05/2018, a Divisão de Cultura, Desporto e Turismo presta a seguinte informação: “Pelo exposto, sugere-se que se disponibilize o Auditório do Museu da Pedra nos dias e horas solicitados isentando a Fotografarte – Associação de Expressão Artística e Fotográfica de Cantanhede do pagamento de 305,12 € de taxas, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15 do Regulamento em vigor.” Por despacho proferido em 11/05/2018 a Senhora Presidente da Câmara autorizou a cedência à Associação de Expressão Artística e Fotográfica de Cantanhede, do Auditório do Museu da Pedra, com isenção do pagamento de taxas, no valor de 305,12 € remetendo o assunto à reunião de Câmara para ratificação. *A Câmara, nos termos do n.º 3, do art.º 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 15.º, do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho proferido em 11/05/2018 pela Senhora Presidente da Câmara, pelo qual foi autorizada a isenção*

do pagamento das taxas devidas, no valor total de 305,12 €, pela utilização do Auditório do Museu da Pedra, à Fotografarte – Associação de Expressão Artística e Fotográfica de Cantanhede, no dia 16/04/2018, para a realização de um curso de formação de Fotografia.-----

-----Saiu o Sr. Vereador, Dr. Adérito Machado.-----

18 - CONCLUSÃO DAS PROVAS DE SELEÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE SOCORRO / CEDÊNCIA DAS PISCINAS MUNICIPAIS / ISENÇÃO DE TAXAS / RATIFICAÇÃO DE DESPACHO / DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CANTANHEDE, mail datado

de 09/05/2018, solicitando a cedência das Piscinas Municipais de Cantanhede, para a conclusão das provas de seleção no âmbito da Formação de Embarcações de Socorro, no dia 12/05/2018, com isenção do pagamento das respetivas taxas. Em 11/05/2018, a Divisão de Cultura, Desporto e Turismo presta a seguinte informação: “Pelo exposto, sugere-se que se disponibilizem as Piscinas Municipais no dia e hora solicitados para a realização das provas de seleção para a Formação de Embarcações de Socorro, isentando a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede do pagamento de 21,86 € de taxas, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15 do Regulamento de taxas em vigor.” Por despacho proferido em 11/05/2018 a Senhora Presidente da Câmara autorizou a cedência à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, das Piscinas Municipais, com isenção do pagamento de taxas, no valor de 21,86 € remetendo o assunto à reunião de Câmara para ratificação. *A Câmara, nos termos do n.º 3, do art.º 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 15.º, do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho proferido em 11/05/2018 pela Senhora Presidente da*

Câmara, pelo qual foi autorizada a isenção do pagamento das taxas devidas, no valor total de 21,86 €, pela utilização das Piscinas Municipais de Cantanhede, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, no dia 12/05/2018, para a conclusão das provas de seleção no âmbito da Formação de Embarcações de Socorro.-----

-----Reentrou o Sr. Vereador, Dr. Adérito Machado.-----

19 - FESTA DISTRITAL DE ENCERRAMENTO DO MINIBASQUETE / CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DO C.F. “OS MARIALVAS” / ISENÇÃO DE TAXAS / DA ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL SOCIEDADE COLUMBÓFILA CANTANHEDENSE,

ofício datado de 15/04/2018, solicitando a cedência do Pavilhão do C.F. “Os Marialvas”, no dia 02/06/2018, com isenção do pagamento de taxas, para a realização da Festa Distrital de Encerramento do Minibasquete. Em 09/05/2018 a Divisão de Cultura, Desporto e Turismo presta a seguinte informação: “Sugere-se que se disponibilize o Pavilhão Marialvas no dia e horas solicitados para a realização da Festa de Encerramento do Minibasquete, isentando a Associação de Solidariedade Social Columbófila Cantanhedense do pagamento de 92,32 € de taxas, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15 do Regulamento de taxas em vigor.” A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pela Divisão de Cultura, Desporto e Turismo e de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede, deliberou autorizar a cedência do Pavilhão do C.F. “Os Marialvas”, com isenção do pagamento de taxas, no valor de 92,32 €, à Associação de Solidariedade Social Sociedade Columbófila Cantanhedense, para a realização da Festa Distrital de Encerramento do Minibasquete. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

20 - «CAMINHADA O QUE NOS LIGA – 50 ANOS» / LICENCIAMENTO DO EVENTO DESPORTIVO / ISENÇÃO DE TAXAS / NÚCLEO REGIONAL DO CENTRO DA LIGA

PORTUGUESA CONTRA O CANCRO:- o Senhor Vereador, Dr. Adérito Machado,

apresentou à Câmara uma informação prestada em 02/05/2018 pelo Divisão Administrativa e de Recursos Humanos/Secção de Atendimento, Taxas e Licenças, do seguinte teor: “Vem o Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro requer a isenção de pagamento de taxas pela realização da prova desportiva «O que nos liga - 50 “Anos» - Comemoração do quinquagésimo Aniversário do Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro 2018, evento a realizar no dia 27 de maio corrente no Município de Cantanhede. A alínea c) do n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais, em vigor neste Concelho, determina: “1 – Estão isentas do pagamento de taxas pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais, previstos no presente regulamento as seguintes entidades: a) – (...); b) – (...); c) As pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública que prossigam, exclusivamente ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de beneficência, de solidariedade social ou de defesa do meio ambiente, pelas atividades que se destinem, diretamente, à realização dos seus fins estatutários; d) – (...); e) – (...); f) – (...).” Tendo em consideração que é uma iniciativa de sensibilização da população para a adoção de estilos de vida saudáveis, como forma de promoção da saúde e prevenção do cancro; Tendo em consideração que foi na mesma data requerido o licenciamento do evento, processo a decorrer os seus trâmites em termos de informações técnicas, propõe-se o deferimento do pedido atrás exposto. No caso de ser aceite esta proposta, e nos termos do n.º 3 do art.º 15.º do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais, deverá o presente processo ser presente à

próxima reunião do Executivo Camarário, tendo em vista a deliberação sobre a concessão da isenção do pagamento da taxa em causa, a qual importa em 17,48€, nos termos do n.º 2, al. a) do art.º 31.º do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais.” A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pela Divisão Administrativa e de Recursos Humanos/Secção de Atendimento, Taxas e Licenças, deliberou isentar a Liga Portuguesa Contra o Cancro/Núcleo Regional do Centro do pagamento das taxas pelo Licenciamento do evento “ Caminhada o que nos Liga – 50 anos”, no valor total de 17,48 €, ao abrigo do n.º 1 do art.º 15.º do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

21 - X FESTA DA FAVA / LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE RECINTO DE ESPETÁCULOS E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS E LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO / PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS / RATIFICAÇÃO DE DESPACHO / DO RANCHO FOLCLÓRICO “OS BAIRRADINOS DE OURENTÃ”,

requerimento entrado nos serviços em 20/04/2018 solicitando, a autorização para a realização do X Festival Gastronómico da Fava, com isenção do pagamento das respetivas taxas de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença especial de ruído. Junto ao processo encontra-se uma informação prestada em 10/05/2018 pela Divisão Administrativa e de Recursos Humanos/Secção de Atendimento Taxas e Licenças, do seguinte teor: “Através do requerimento com registo n.º 9480 entrado no serviço a 20/04/2018, o Rancho Folclórico “Os Bairradinos” de Ourentã vêm solicitar a isenção do pagamento das taxas de licença de espetáculos de música ao vivo e animação musical e cultural e da licença especial de ruído no âmbito do evento suprarreferido. A isenção de taxas está prevista no artigo 15º (isenções) do

Regulamento de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede, em vigor neste Município, a qual refere «1 – Estão isentas do pagamento de taxas pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais, previstos no presente regulamento as seguintes entidades: a) – (...); b) – (...); c) – (...); d) – As associações culturais, religiosas, desportivas e ou recreativas e científicas legalmente constituídas, as cooperativas e as instituições particulares de solidariedade social, sempre que as suas atividades se destinem, diretamente, à realização dos seus fins estatutários; e) – (...); f) – (...).». Considerando que a realização da atividade se insere no âmbito do evento “X Festa da Fava”, a qual já vêm sendo hábito realizar-se, com o envolvimento da população local; Considerando que o Rancho Folclórico solicitou as licenças de espetáculos de música ao vivo, bem como a respetiva licença especial de ruído, coloca-se à consideração superior a isenção do pagamento das correspondentes taxas, nos termos do n.º 1 do art.º 15.º do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais, decisão esta a ser tomada em reunião do Executivo Camarário. No entanto, verifica-se que a próxima reunião de Câmara terá lugar a 15 de maio de 2018 após o evento, não sendo possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, podendo o pedido ser deferido por despacho e remetido à próxima reunião de Câmara, para ratificação da decisão, nos termos do art.º 35.º, n.º 3 da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Mais informo de que o valor das taxas a isentar é: - Licença de espetáculos de música ao vivo –52,44€ + 7,48€ (vistoria) =59,92€ nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 31º do Regulamento e Tabela de Taxas; - Licença Especial de Ruído – 32,05€, nos termos da alínea a) e b) do n.º 2.1 e da alínea b) do n.º 3.1 do art.º 32º do Reg. e Tabela de Taxas; Total: 91,97€. Por despacho proferido em 11/05/2018 a Senhora Presidente da Câmara deferiu a realização da X Festa da Fava, e autorizou a isenção

do pagamento das correspondentes taxas, no valor de 91,97€, pelo licenciamento do mesmo, remetendo o assunto a ratificação do Executivo Camarário. A Câmara, nos termos do n.º 3, do art.º 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho proferido em 11/05/2018 pela Senhora Presidente da Câmara, pelo qual foi autorizada a isenção do pagamento de taxas, no valor de 91,97 €, ao Rancho Folclórico “Os Bairradinos de Ourentã”, para emissão da Licença Especial de Ruído e Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos, no âmbito da X Festa da Fava, ao abrigo do art.º 15º do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais do Município de Cantanhede.-----

22 – XIV MOSTRA DE MÚSICA MODERNA – ROCK OF CANTANHEDE / ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS / RATIFICAÇÃO DE DESPACHO / DO CLUBE UNIÃO

VILANOVENSE, requerimento entrado nos serviços em 03/05/2018 solicitando, a autorização para a realização do XIV Mostra de Música Moderna – Rock Of Cantanhede, com isenção do pagamento das respetivas taxas de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença especial de ruído. Junto ao processo encontra-se uma informação prestada em 10/05/2018 pela Divisão Administrativa e de Recursos Humanos/Secção de Atendimento Taxas e Licenças, do seguinte teor: “Através do requerimento registo de entrada n.º 10257 datado de 03/05/2018, vem o Clube União Vilanovense solicitar a isenção do pagamento das taxas correspondentes (licença de espetáculos e licença especial de ruído) do evento que irá decorrer nos dias 11 e 12 de maio de 2018, no Pavilhão da Sede do Clube sito no Largo do Clube em Vila Nova de Outil - Música ao Vivo e DJ’S –ROCK OF CANTANHEDE- XIV Mostra de Música Moderna e DJ’S. A isenção de taxas está prevista no artigo 15º. (isenções) do Regulamento de Taxas pela Concessão

de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede, em vigor neste Município, a qual refere no seu n.º 2 que a Câmara, isentará ainda, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, designadamente, quando estejam em causa situações de relevância e projeção concelhias, cultural, ...o pagamento de taxas a pessoas singulares ou coletivas. Considerando que a realização da atividade é uma aposta para a promoção da referida freguesia e do concelho, e que se trata do encontro que ajuda a promoção e divulgação de várias bandas musicais muito apreciadas pelo público participante. Considerando que o referido Clube já providenciou pelas necessárias licenças (licença de espetáculos em recinto provisório e licença especial de ruído) nesta Câmara Municipal, coloca-se à consideração superior a isenção do pagamento das correspondentes taxas, nos termos do n.º 2 do art.º 15.º do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais, decisão esta a ser tomada em reunião do Executivo Camarário. No entanto, verifica-se que a próxima reunião terá lugar a 15 de maio de 2018, não sendo possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, pode o pedido ser deferido por despacho e remetido à próxima reunião, para ratificação da decisão de isenção de taxas, nos termos do art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Informo ainda de que o valor das taxas, conforme o Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais, é: - Licença de espetáculos de música ao vivo e dj's- 23,32 € + 7,48 € = 30,80 €, nos termos do n.º 3 do art.º 31.º. - Licença especial de ruído- 23,29€, nos termos da alínea b) do n.º 2.2 do art.º 32.º. TOTAL: 54,09€. Por despacho proferido em 11/05/2018 a Senhora Presidente da Câmara deferiu a realização da XIV Mostra de Música Moderna – Rock Of Cantanhede e autorizou a isenção do pagamento das correspondentes taxas, no valor de 54,09€, pelo licenciamento da mesma, remetendo o assunto a ratificação do

Executivo Camarário. A Câmara, nos termos do n.º 3, do art.º 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho proferido em 11/05/2018 pela Senhora Presidente da Câmara, pelo qual foi autorizada a isenção do pagamento de taxas, no valor de 54,09 €, ao Clube União Vilanovense, para emissão da Licença Especial de Ruído e Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos, no âmbito da XIV Mostra de Música Moderna – Rock Of Cantanhede, ao abrigo do art.º 15º do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais do Município de Cantanhede.-----

23 – “TOCHA NO CORAÇÃO” – FESTIVAL DE CALDOS CALDINHOS E OUTRAS SOPAS / LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE RECINTO DE ESPETÁCULOS E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS E LICENÇA ESPECIAL DE RÚIDO / ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS / RATIFICAÇÃO DE DESPACHO / CNE ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS / AGRUPAMENTO 1390 DA TOCHA,

requerimento entrado nos serviços em 08/05/2018 solicitando, a autorização para a realização do evento Tocha no Coração – Festival de Caldos, Caldinhos e outras Sopas, com isenção do pagamento das respetivas taxas de Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença especial de ruído. Junto ao processo encontra-se uma informação prestada em 10/05/2018 pela Divisão Administrativa e de Recursos Humanos/Secção de Atendimento Taxas e Licenças, do seguinte teor: “Através do requerimento com registo n.º 10729 entrado no serviço a 08/05/2018, o Agrupamento de Escuteiros 1390 - Tocha vem solicitar a isenção do pagamento das taxas de licença de espetáculos de música ao vivo e da licença especial de ruído no âmbito do evento suprarreferido. A isenção de taxas está prevista no artigo 15º (isenções) do Regulamento de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede, em vigor neste Município, a qual refere «1 – Estão

isentas do pagamento de taxas pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais, previstos no presente regulamento as seguintes entidades: a) – (...); b) – (...); c) – (...); d) – As associações culturais, religiosas, desportivas e ou recreativas e científicas legalmente constituídas, as cooperativas e as instituições particulares de solidariedade social, sempre que as suas atividades se destinem, diretamente, à realização dos seus fins estatutários; e) – (...); f) – (...).” Considerando que a realização da atividade se insere no âmbito do evento “Tocha no Coração”, a qual já vêm sendo hábito realizar-se, com o envolvimento da população local; Considerando que o Agrupamento de Escuteiros já solicitou as licenças de espetáculos de música ao vivo, bem como a respetiva licença especial de ruído, coloca-se à consideração superior a isenção do pagamento das correspondentes taxas, nos termos do n.º 1 do art.º 15.º do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais, decisão esta a ser tomada em reunião do Executivo Camarário. No entanto, verifica-se que a próxima reunião de Câmara terá lugar a 15 de maio de 2018 após o evento, não sendo possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, podendo o pedido ser deferido por despacho e remetido à próxima reunião de Câmara, para ratificação da decisão, nos termos do art.º 35.º, n.º 3 da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Mais informo de que o valor das taxas a isentar é: - Licença de espetáculos de música ao vivo – 17,48€ + 7,48€ (vistoria) = 24,96€ nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 31º do Regulamento e Tabela de Taxas; - Licença Especial de Ruído – 11,66€, nos termos da alínea b) do n.º 2.1 e da alínea b) do n.º 3.1 do art.º 32º do Regulamento e Tabela de Taxas; TOTAL: 36,62€.” Por despacho proferido em 11/05/2018 a Senhora Presidente da Câmara deferiu a realização do evento Tocha no Coração – Festival de Caldos, Caldinhos e outras Sopas e autorizou a isenção do pagamento das correspondentes taxas, no valor de 36,62€, pelo licenciamento da

mesma, remetendo o assunto a ratificação do Executivo Camarário. A Câmara, nos termos do n.º 3, do art.º 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho proferido em 11/05/2018 pela Senhora Presidente da Câmara, pelo qual foi autorizada a isenção do pagamento de taxas, no valor de 36,62 €, ao CNE Escutismo Católico Português/Agrupamento de Escuteiros 1390 - Tocha, pela emissão da Licença Especial de Ruído e Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos, no âmbito do evento Tocha no Coração – Festival de Caldos, Caldinhos e outras Sopas, ao abrigo do art.º 15º do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais do Município de Cantanhede.-----

24 - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A

ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR:- O Senhor Vice-Presidente, Dr. Pedro Cardoso, apresentou à Câmara uma informação prestada pela Divisão de Educação e Ação Social, do seguinte teor: “Considerando a deliberação de 02/05/2018, a equipa técnica reitera a proposta apresentada pelo júri à Câmara, na sua ata de 12/03/2018, que se transcreve: “Em reunião com a equipa técnica, realizada no dia 12 de março de dois mil e dezoito, para análise inicial das candidaturas às bolsas de estudo a atribuir pelo Município a alunos carenciados matriculados e inscritos no ensino superior, estando omissa no Regulamento qualquer referência à possibilidade ou impossibilidade de um candidato que frequenta um estabelecimento de ensino superior estrangeiro poder vir a auferir da referida Bolsa de Estudo, vem o Júri requerer, em conformidade com o disposto no artigo 15.º do Regulamento, a aceitação da candidatura número vinte e dois, respeitante a um(a) candidato(a) que frequenta a Birmingham City University, tendo em conta que, num mundo cada vez mais globalizado, é importante assegurar a possibilidade de acesso aos estudos de nível universitário aos jovens residentes no

Concelho de Cantanhede independentemente da universidade que frequentem para conseguirem alcançar um grau académico de nível superior.” Assim, e no sentido de fazer face ao pedido de esclarecimentos da Câmara Municipal, somos a informar que, a candidatura se encontra completa e devidamente instruída de acordo com o preceituado nos artigos 9º e 10º do Regulamento em questão. Mais se informa que, para o efeito, se procedeu à recolha de informação sobre cursos, ministrados em universidades portuguesas, semelhantes ao frequentado pela candidatura nº 22 em Birmingham. Compulsados ainda os dados disponíveis on-line e de acesso público sobre “Candidatura ao Ensino Superior Público – Colocações 2017”, através do número de cartão de cidadão, verificou-se que o(a) candidato(a) foi colocado(a), na 1ª fase de colocações, no curso de Criminologia, da Faculdade de Direito, da Universidade do Porto, optando por ir estudar para a universidade de Birmingham. Em face do exposto, somos a disponibilizar a informação possível de acordo com os procedimentos administrativos inerentes ao ponto de situação do processo.” A Câmara, por unanimidade, no seguimento da deliberação camarária de 02/05/2018 e tendo por base a informação prestada pela Divisão de Educação e Ação Social, deliberou aceitar a candidatura n.º 22, instruída de acordo com o preceituado nos artigos 9.º e 10.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior. Mais deliberou a Câmara Municipal, também por unanimidade, solicitar à Divisão de Educação e Ação Social a apresentação de uma proposta de alteração ao Regulamento Municipal em causa, no sentido de se proceder à sua revisão/atualização. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

25 - PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES 2018/2019:- O Senhor Vice-Presidente, Dr. Pedro Cardoso, apresentou à Câmara uma informação prestada em

11/05/2018 pela Divisão de Educação e Ação Social, do seguinte teor: “Conforme o disposto na alínea gg) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro (estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico), compete aos órgãos municipais “assegurar, organizar e gerir os transportes escolares”. O Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro, vem regulamentar o modo como se deverá efetuar a atribuição deste direito, onde está prevista a população abrangida, bem como de funcionamento do serviço de transportes escolares. Assim, em cada Município deverá ser organizado um Plano de Transportes Escolares, conjugando e complementando a rede de transportes aprovada para a região, de “acordo com a procura efetiva em cada ano letivo”. Segundo o art.º 10.º, ponto 1, alínea a), a Câmara tem que elaborar e aprovar o Plano de Transportes Escolares ouvindo obrigatoriamente o Conselho Consultivo de Transportes Escolares, que “incluirá, obrigatoriamente, a área abrangida representada de preferência em planta”. Resultante do aumento do número de alunos previstos para usufruir de transporte escolar nos 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário, a taxa de variação homóloga da despesa municipal em transportes escolares indica um decréscimo de 9% para o próximo ano letivo, cifrando-se em 379.062,62€. Estima-se que os valores da despesa com o transporte de alunos no âmbito do Programa de Requalificação da Rede Escolar do 1º CEB, de cerca de 118.995,99€, não irão sofrer grandes alterações, uma vez que irão manter-se os mesmos circuitos. Mais se informa que, para o próximo ano letivo, por força da legislação aplicável e da forma como processo tem vindo a ser organizado, será indispensável o envio da informação completa dos alunos a admitir, nomeadamente Nomes Completos, Zonas de Embarque, Datas de Nascimento, Anos

de Escolaridade e Turmas. Pelo exposto se apensa Proposta do Plano Anual de Transporte Escolar, para o ano letivo 2018/2019, para aprovação em Reunião de Câmara.” A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pela Divisão de Educação e Ação Social, deliberou aprovar o Plano de Transportes Escolares do Concelho de Cantanhede para o ano letivo de 2018/2019, documento do qual ficará uma cópia arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

26 - PROTOCOLO DE PARCERIA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CANTANHEDE / A ASSOCIAÇÃO FERNÃO MENDES PINTO / O MINISTÉRIO PÚBLICO – PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE COIMBRA, PROCURADORIA DO JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA DE CANTANHEDE / A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, COMANDO DE CANTANHEDE / OS AGRUPAMENTOS DE CENTROS DE SAÚDE DO BAIXO MONDEGO – CENTRO DE SAÚDE DE CANTANHEDE / O CENTRO DISTRITAL DE SEGURANÇA SOCIAL DE COIMBRA – SERVIÇO LOCAL DE CANTANHEDE E A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CANTANHEDE / DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE / CONSTITUIÇÃO DA REDE LOCAL DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO:-

O Senhor Vereador, Dr. Adérito Machado, apresentou à Câmara uma informação prestada em 03/05/2018 pela Divisão de Educação e Ação Social/Serviço Municipal de Ação Social, do seguinte teor: “Considerando que a Associação Fernão Mendes Pinto (AFMP), viu aprovada a sua candidatura ao POISE 3.17.1, para a implementação de um Núcleo de Atendimento e Acompanhamento a Vítimas de Violência Doméstica, para o concelho de Cantanhede; Considerando as instalações e funcionamento do Núcleo de Núcleo de Atendimento e Acompanhamento a Vítimas de

Violência Doméstica na Casa Francisco Pinto do Município de Cantanhede, em conciliação com o Serviço Municipal de Ação Social e em Parceria com o Conselho Local de Ação Social de Cantanhede; Considerando o Acordo de Colaboração já celebrado entre as duas Entidades, Município de Cantanhede e AFMP, com o objetivo de implementar, no Concelho de Cantanhede, o Núcleo de Atendimento e Acompanhamento a Vítimas de Violência Doméstica, adiante designado por NAVVD, estrutura de atendimento especializada, vem uma vez mais a Associação formalizar a proposta de adesão à Rede Local de Prevenção da Violência Doméstica e de Género, através da celebração de um Protocolo de Parceria concelhio. Considerando ainda que o NAVVD tem por finalidades: a) Criar um serviço local de suporte à intervenção no âmbito da violência doméstica; b) Estimular e dinamizar a constituição de um Plano Local de Prevenção da Violência Doméstica e de Género. Do presente Protocolo são constituintes as seguintes Entidades: - Entidade Promotora – Associação Fernão Mendes Pinto; - Ministério Público – Procuradoria da República da Comarca de Coimbra, Procuradoria do Juízo de Competência Especializada de Cantanhede; - Câmara Municipal de Cantanhede; - Guarda Nacional Republicana – Comando de Cantanhede; - Agrupamentos de Centros de Saúde do Baixo Mondego – Centro de Saúde de Cantanhede; - Centro Distrital de Coimbra do Instituto de Segurança Social, IP - Serviços Locais de Cantanhede. Pelo exposto, vem o Serviço Municipal de Ação Social apresentar a proposta de adesão ao Protocolo de Parceria da Rede Local de Prevenção da Violência Doméstica e de Género, o qual se encontra em anexo, em minuta, bem como vem apresentar como proposta de representante na Rede, o Sr. Vereador da Solidariedade e Ação Social, Dr. Adérito Machado, sendo substituído nas suas faltas e impedimentos pela Chefe do Serviço Municipal de Ação Social, Dr.^a Ana Paula Bastos.” *A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada*

pela Divisão de Educação e Ação Social/Serviço Municipal de Ação Social, deliberou:

1) Aprovar a minuta do Protocolo de Parceria a celebrar entre o Município de Cantanhede, a Associação Fernão Mendes Pinto, o Ministério Público – Procuradoria da República da Comarca de Coimbra, Procuradoria do Juízo de Competência Especializada de Cantanhede, a Guarda Nacional Republicana -Comando Territorial de Cantanhede, os Agrupamentos de Centros de Saúde do Baixo Mondego – Centro de Saúde de Cantanhede, o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra – Serviço Local de Cantanhede e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede, no âmbito da constituição da Rede Local de Prevenção da Violência Doméstica e de Género, documento do qual ficará um exemplar arquivado em pasta anexa ao presente livro de atas; 2) Mandatar a Senhora Presidente para proceder à assinatura do mesmo; 3) Designar como representante do Município de Cantanhede na Rede, o Sr. Vereador do Pelouro da Solidariedade e Ação Social, Dr. Adérito Machado, sendo substituído nas suas faltas e impedimentos pela Chefe do Serviço Municipal de Ação Social, Dr.ª Ana Paula Bastos. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

27 – COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA AQUISIÇÃO DE VIATURA / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DO CORTICEIRO DE CIMA:-

O Senhor Vereador, Dr. Adérito Machado apresentou à Câmara uma informação prestada em 24/07/2017 pela Divisão de Educação e Ação Social/Serviço Municipal de Ação Social, do seguinte teor: “Na sequência do pedido remetido da Comissão de Melhoramentos do Corticeiro de Cima, via e-mail, com entrada Mydoc E-10947 e E-11338, em junho do corrente ano, e após diligências prévias de recolha de informação, em conformidade com a recomendação do Tribunal de Contas/Conselho de Prevenção da Corrupção, a entidade fez presente, da

necessidade de proceder à aquisição de uma viatura de apoio à resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, por forma a dar uma resposta definitiva aos problemas que tem vindo a ter nesta área, com o passar do tempo. O valor apresentado para a resolução deste problema, aquisição de viatura, ascende a 24.137,00 euros (vinte e quatro mil, cento e trinta e sete euros) conforme fatura e recibos anexos. Atendendo ao exposto, cumpre-me informar da remessa de ofício à Comissão de Melhoramentos do Corticeiro de Cima para o cabal cumprimento dos requisitos legais, bem como apresentar a presente informação para despacho superior: A Comissão de Melhoramentos do Corticeiro de Cima é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, e reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, que se encontra registada no livro das IPSS da Segurança Social sob o número 21/90; Atendendo a que a Comissão de Melhoramentos de Corticeiro de Cima foi fundada a 5 de novembro de 1983, recebeu a Declaração de Utilidade Pública a 11 de Setembro de 1990, tendo sido registada como I.P.S.S., propondo-se a promover ações de Solidariedade Social, nomeadamente o desenvolvimento de atividades de proteção à infância e juventude, aos idosos, bem como o desenvolvimento e promoção recreativa e cultural. Atendendo a que a Instituição assume, na União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, a missão de compensar as desigualdades e disfunções geradas pelos sistemas económicos, apresentando-se como uma das principais promotoras de serviços no âmbito da Ação social. Considerando que a Comissão de Melhoramentos do Corticeiro de Cima tem vindo a desenvolver diligências distintas de requalificação do seu equipamento físico, para melhor dar resposta aos cidadãos e às necessidades locais. Atendendo também a que a Instituição se propõe à manutenção de uma política de qualidade na cooperação, favorecendo uma integração ativa e com qualidade para todos os cidadãos; Atendendo por fim à dinâmica local da Instituição, mantida ao longo

dos anos, e à realidade sócio-demográfica atual, com um acentuado envelhecimento da população, em virtude dos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida, bem como em relação à necessidade da manutenção da oferta de serviços que promovam a conciliação da vida profissional e familiar, coloca-se à consideração superior a proposta de atribuição de um subsídio à Comissão de Melhoramentos do Corticeiro de Cima, para apoio na aquisição de uma viatura de apoio à resposta social de SAD. O referido apoio irá permitir a manutenção da resposta social, bem como possibilitar maior qualidade de serviço aos utentes.” Junto ao processo encontra-se uma informação de cabimento de verba emitida em 15/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento. *A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pela Divisão de Educação e Ação Social/Serviço Municipal de Ação Social e bem assim a informação prestada pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento, e de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33º e da alínea e) do n.º 2 do art.º 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou atribuir à Comissão de Melhoramentos do Corticeiro de Cima um subsídio no valor de 7.241,10 € (sete mil duzentos e quarenta e um euros e dez cêntimos) destinado a participar na aquisição de uma viatura de apoio ao Serviço de Apoio Domiciliário, daquela IPSS, nos precisos termos do preconizado na referida informação. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

28 - ADITAMENTO DO ART.º 29º AO CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE:-

A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 09/05/2018 pela Equipa Multidisciplinar de Apoio Jurídico, Contencioso e Execuções Fiscais, do seguinte teor: “Considerando o contributo da Dra. Ana Paula Bastos em 30/04/2018, no movimento

Mydoc n.º 3, informa-se que foi aditado o artigo 29.º ao presente Código, para cumprimento do disposto na Lei n.º 73/2017, de 16/08. Deste modo, sugere-se que este aditamento seja dado a conhecer a todos os Diretores de Departamento da CMC, Chefias e Coordenadores e demais interessados para se pronunciarem, querendo, concedendo-lhes, um prazo para o efeito. Posteriormente, deverá a proposta ser novamente remetida a reunião de Câmara para aprovação final, conforme sugerido em anterior informação jurídica.” *A Câmara, por unanimidade, em complemento da sua deliberação camarária de 17/04/2018 e tendo por base a informação prestada pela Equipa Multidisciplinar de Apoio Jurídico, Contencioso e Execuções Fiscais, deliberou:*

1) Aprovar o aditamento do art.º 29º ao Código de Ética e de Conduta da Câmara Municipal de Cantanhede, nos precisos termos propostos por aquela Equipa Multidisciplinar, ficando um exemplar arquivado em pasta anexa ao presente Livro de Atas; 2) Mandar proceder à divulgação, daquele documento, conforme previsto no seu art.º 34. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

29 - CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA COM A FIRMA PARDAL HOLDINGS LD.ª / 2.ª FASE DE EXPANSÃO / TERRENOS NA Z.I. DE CANTANHEDE / APROVAÇÃO DA MINUTA:-

A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo a minuta do Contrato Promessa de Compra e Venda, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Pardal Holdings, Ld.ª, referente à venda de terrenos na Zona Industrial de Cantanhede destinados à designada 2.ª fase da expansão de unidade de cultivo, produção e investigação de canábis para fins medicinais, respeitante ao prédio com a área de 116.385 m², que o Município de Cantanhede irá vender àquela empresa, ao preço de 8,85€/m², o que perfaz o montante de 1.030.007,25 € e nas condições constantes da referida minuta. *A Câmara, por unanimidade, deliberou: 1) Aprovar a minuta do Contrato Promessa de Compra e*

Venda, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Pardal Holdings, Ld.ª, referente à venda de terrenos na Zona Industrial de Cantanhede destinados à designada 2.ª fase da expansão de unidade de cultivo, produção e investigação de canábis para fins medicinais, respeitante ao prédio com a área de 116.385,00 m2, que o Município de Cantanhede irá vender àquela empresa, ao preço de 8,85€/m2, o que perfaz o montante de 1.030.007,25 € e nas condições constantes da referida minuta, da qual ficará uma cópia arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas, 2) Mandar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta do presente contrato promessa de compra e venda. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

30 - AUMENTO DAS QUOTAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO

DE COIMBRA – CIM:- A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 14/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aproveitamento, do seguinte teor: A Comunidade Intermunicipal da Região Centro – CIM-RC, tem uma série de atribuições e competências para o desenvolvimento de atividades e ações, tornando-se necessário acautelar o financiamento dos encargos daí decorrentes. Acresce referir que os desafios lançados com a concretização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, bem como o apoio a projetos e iniciativas dos seus associados. As contribuições anuais dos municípios têm sofrido alterações, decorrentes do aumento das atividades, projetos e competências que têm vindo a ser atribuídas às CIM's, devendo por isso ser acautelada a sustentabilidade financeira. Face ao exposto, constatou-se que as quotizações normais dos Municípios que compõem a CIM-Rc não serão suficientes para garantir a cobertura orçamental e de tesouraria para o ano de 2018, pelo que, foi aprovado por unanimidade no Conselho Intermunicipal da

Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em 08 de março de 2018, um aumento da quota fixa no montante de 6.578,94 € e um aumento na quota extraordinária de 10.934,66 €, nos termos do disposto na alínea a) do n.º3 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do Município de Cantanhede. A presente despesa onera a classificação económica 02/0602030503 – Quotizações, o qual se encontra devidamente cabimentada pelos números 81/199/2018 e 81/200/2018, de 10 de maio de 2018. Face ao exposto submete-se à consideração superior a aprovação dos valores supramencionados.” Junto ao processo encontram-se duas informações de cabimento de verba emitidas em 10/05/2018 por aquela Divisão. *A Câmara, por unanimidade e tendo por base as informações prestadas pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento, deliberou aprovar o aumento da quota fixa e autorizar o correspondente pagamento no montante de 6.578,94 €, bem como o aumento na quota extraordinária de 10.934,66 €, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 3, do art.º 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no âmbito do aumento das quotizações da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

31 - COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PROGRAMA INTERMUNICIPAL PARA A PROMOÇÃO DE EMPREGO, CRIAÇÃO DE EMPRESAS E INCLUSÃO ATIVA E DA PREVENÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR E PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE ACESSO AO ENSINO:-

A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 14/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento, do seguinte teor: “No âmbito da Participação Financeira da responsabilidade dos Municípios para a Candidatura “Promoção de Emprego, Criação de Empresas e

Inclusão Ativa e da Prevenção do Abandono Escolar e Promoção da Igualdade de Acesso ao Ensino”, promovida pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, informa-se que o Município de Cantanhede deverá compartilhar com o valor de 1.369,49 €. Mais se informa que este valor diz respeito aos 0,0746 (índice de coesão territorial) do valor correspondente aos 15% da contrapartida pública nacional, referente à candidatura supramencionada. Este montante onera a classificação económica 02/04050104 – Associações de Municípios e a rubrica funcional 04 0420 2013/5065 – Trsf. p/ Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra (CIM- RC), o qual se encontra devidamente cabimentado pelo n.º 81/198/2018 de 08 de maio de 2018. Face do exposto, coloca-se à consideração superior a submissão da presente informação ao órgão executivo para que seja autorizado o pagamento acima descrito.”

Junto ao processo encontra-se uma informação de cabimento de verba emitida em 08/05/2018 por aquela Divisão. *A Câmara, por unanimidade e tendo por base as informações prestadas pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento, deliberou autorizar a participação do Município de Cantanhede, com o valor de 1.369,49 €, no âmbito da Candidatura “Promoção de Emprego, Criação de Empresas e Inclusão Ativa e da Prevenção do Abandono Escolar e Promoção da Igualdade de Acesso ao Ensino”. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

32 - VENDA DE MATERIAL LENHOSO EM 2 LOTES DA ZONA INDUSTRIAL DE

CANTANHEDE:- O Senhor Vereador, Dr. Adérito Machado, apresentou ao Executivo uma informação prestada em 14/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento, do seguinte teor: “Com intuito de se proceder à limpeza dos terrenos junto ao Lotes das empresas Maçaricos, SA e Luis Roque, Lda, sitos na Zona Industrial de Cantanhede, foram solicitadas propostas

para a venda do material lenhoso - “árvores em pé” - e a respetiva remoção dos seus resíduos às entidades abaixo mencionadas, as quais apresentaram os seguintes preços, conforme documentos em anexo: Angulo Verde, Lda – 1.750,00€ + 6% IVA; Couceiro & Rodrigues, Lda – 3.500,00€ + 6% IVA; Woodser – Industria de Madeiras, Lda – 2.050,00€ + 6% IVA. Face aos valores apresentados, propõe-se que a venda do material lenhoso, com a respetiva remoção dos resíduos, seja efetuada à empresa Couceiro & Rodrigues, Lda, pelo valor de 3.500,00 + 6% IVA.” *A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento, deliberou autorizar a venda à empresa Couceiro & Rodrigues, Lda, do material lenhoso, com a respetiva remoção de resíduos, que se encontra junto aos lotes das Empresas Maçaricos, S.A. e Luis Roque, Lda, na Zona Industrial de Cantanhede, União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, pelo valor de 3.500,00 € + IVA, nos precisos termos do preconizado na referida informação. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

33 – PROCESSO JUDICIAL 14/17.1 IDCBR – TRIBUNAL LOCAL CÍVEL E CRIMINAL DE CANTANHEDE / DONATIVO DESTINADO A FINANCIAR A RESPOSTA SOCIAL DO BANCO DE RECURSOS COLMEIA:-

O Senhor Vereador, Dr. Adérito Machado, apresentou ao Executivo uma informação prestada em 14/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento, do seguinte teor: “Decorrente da sentença proferida no processo judicial 14/17.1IDCBR, do Tribunal Local Cível e Criminal de Cantanhede, o réu António Oliveira Gomes Ferverença foi condenado a pagar 1.500,00 euros ao Município de Cantanhede para financiar a resposta social do Banco de Recursos Colmeia. Informa-se que a referida receita foi arrecada no passado dia 07 de maio de 2018, tendo, para

o efeito, sido emitida a Guia de Recebimento N.º 01/391/2018 e classificada como um donativo. Pelo exposto, sugere-se que a presente informação seja submetida à próxima reunião de câmara, para que o órgão tome conhecimento.” *A Câmara tomou conhecimento, e por unanimidade deliberou aceitar o donativo em causa, mandando agradecer às entidades envolvidas no processo.*-----

34 - CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DAS EB1'S E JI'S DO CONCELHO DE CANTANHEDE, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018/2019 / ABERTURA DE PROCEDIMENTO ATRAVÉS DE CONSULTA PRÉVIA PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO:-

A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 11/05/2018 pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento, do seguinte teor: “Afim de proceder à abertura do competente concurso para confeção e fornecimento de refeições escolares aos alunos das EB1's e JI's do Concelho de Cantanhede, durante o ano letivo de 2018/2019, foram analisadas as quantidades diárias fornecidas em cada Estabelecimento de Ensino no ano letivo de 2017/2018 e, em função destes dados com a migração de alunos prevista para o novo ano letivo, presumiram-se as quantidades diárias estimadas que virão a ser necessárias para o ano letivo de 2018/2019. Importa salientar que os Estabelecimentos de Ensino onde se prevê haver necessidade de fornecimento tiveram em consideração os locais que, à presente data, não possuem acordos ou parcerias com IPSS's ou outras Instituições nesses locais para o fornecimento das refeições isto porque as parcerias estabelecidas com as Instituições Particulares de Solidariedade Social conforme preconizado no ofício n.º 24/2008-SA da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º CEB - Parcerias com Instituições Particulares de Solidariedade Social, foram tidas

em conta pois parece ser consensual da parte daquela entidade nada obstar à celebração de acordos de colaboração entre as Câmaras Municipais e outras entidades, designadamente IPSS's, nos termos e para os efeitos dos números 2 e 3, do artigo 3.º, do Regulamento anexo ao Despacho n.º 22 251/2005 e da alínea d), do número 2, do artigo 4.º do Despacho n.º 12591/2006. Face ao exposto será de proceder à abertura de competente procedimento para fornecimento das EB1's e JI's nessa situação o que totaliza 835 refeições diárias estimadas conforme a lista de Estabelecimentos de Ensino abaixo expressos considerando o número de refeições diárias assinalado: Agrupamento de Escolas de Cantanhede: Centro Educativo de Ançã - Parte relativa à EB1, N.º de Refeições/ Dia: 72; Centro Escolar de Cantanhede - Parte relativa à EB1, N.º de Refeições/ Dia: 184; EB1 de Cantanhede Sul, N.º de Refeições/ Dia: 97; EB1 de Murtede, N.º de Refeições/ Dia: 13; EB1 de Cordinhã, N.º de Refeições/ Dia: 30; Centro Educativo de Ançã - Parte relativa ao JI, N.º de Refeições/ Dia: 46; Centro Escolar de Cantanhede – Parte relativa ao JI, N.º de Refeições/Dia: 73; JI de Murtede, N.º de Refeições/ Dia: 10; JI de Pocariça, N.º de Refeições/ Dia: 18; JI de Cordinhã, N.º de Refeições/ Dia:17; Agrupamento de Escolas Finisterra: EB1 de Balsas, N.º de Refeições/ Dia: 24; EB1 de Corticeiro de Cima, N.º de Refeições/ Dia: 16; EB1 de Febres, N.º de Refeições/ Dia: 61; EB1 de Fontinha, N.º de Refeições/ Dia: 10; JI de Corticeiro de Cima, N.º de Refeições/ Dia: 18; JI de Febres (integrado na EB1 de Febres), N.º de Refeições/ Dia: 10; JI de S. Caetano (integrado na EB1 de S. Caetano), N.º de Refeições/ Dia: 8; Agrupamento de Escolas Gândara-Mar: EB1 da Tocha, N.º de Refeições/ Dia: 72; JI da Tocha (integrado na EB1 da Tocha), N.º de Refeições/ Dia: 56; Total diário EB1's: 579; Total diário JI's: 256; Total diário de refeições: 835. Importa salientar que se considerou, para efeitos do cálculo das refeições estimadas, que o início do procedimento ocorrerá a 14 de setembro de

2018 para as EB1's e o término a 21 de junho de 2019, enquanto que para os JI's o início será a 03 de setembro de 2018 e o término a 31 de julho de 2019, sendo que o total de dias letivos por mês no ano letivo de 2018/2019 e o total de dias letivos, para a parte relativa ao ano de 2018 e ao ano de 2019 se estima nos totais expressos face à previsão do calendário escolar para o ano letivo objeto do procedimento. Resta apenas ressaltar, que nos JI's houve um conjunto de dias em que a quantidade diária foi reduzida a 50% dado serem dias onde apenas ocorrem as Atividades de Animação e Apoio à Família dos Jardins de Infância, e em que a frequência diária é portanto mais baixa, pelo que nesse caso haverá dias letivos em que se estima o fornecimento da quantidade total diária e dias letivos em que se estima o fornecimento de 50% dessa quantidade. Mês: Setembro: JI Quant. Total: 15; JI - Quant 50%: 5; N.º de dias letivos Total JI's: 20; N.º de dias letivos EB1's: 11; Mês: outubro: JI Quant. Total: 22; JI - Quant 50%: 0; N.º de dias letivos Total JI's: 22; N.º de dias letivos EB1's: 22; Mês: novembro: JI Quant. Total: 21; JI - Quant 50%: 0; N.º de dias letivos Total JI's: 21; N.º de dias letivos EB1's: 21; Mês: dezembro: JI Quant. Total: 15; JI - Quant 50%: 5; N.º de dias letivos Total JI's: 20; N.º de dias letivos EB1's: 10; Total de dias letivos – parte relativa a 2018: JI Quant. Total: 73; JI - Quant 50%: 10; N.º de dias letivos Total JI's: 83; N.º de dias letivos EB1's: 64; Mês: janeiro: JI Quant. Total: 22; JI - Quant 50%: 0; N.º de dias letivos Total JI's: 22; N.º de dias letivos EB1's: 22; Mês: fevereiro: JI Quant. Total: 20; JI - Quant 50%: 0; N.º de dias letivos Total JI's: 20; N.º de dias letivos EB1's: 20; Mês: março: JI Quant. Total: 18; JI - Quant 50%: 2; N.º de dias letivos Total JI's: 20; N.º de dias letivos EB1's: 18; Mês: abril: JI Quant. Total: 12 JI - Quant 50%: 8; N.º de dias letivos Total JI's: 20; N.º de dias letivos EB1's: 12; Mês: maio: JI Quant. Total: 22; JI - Quant 50%: 0; N.º de dias letivos Total JI's: 22; N.º de dias letivos EB1's: 22; Mês: junho: JI Quant. Total: 18; JI - Quant 50%: 0; N.º de dias letivos Total JI's: 18; N.º de

dias letivos EB1's: 13; Mês: julho: JI Quant. Total: 0; JI - Quant 50%: 22; N.º de dias letivos Total JI's: 22; Total de dias letivos - parte relativa a 2019: JI Quant. Total: 112; JI - Quant 50%: 32; N.º de dias letivos Total JI's: 144; N.º de dias letivos EB1's: 107; Total dias letivos - 2018/2019: JI Quant. Total: 185; JI - Quant 50%: 42; N.º de dias letivos Total JI's: 227; N.º de dias letivos EB1's: 171. Importa considerar então que o presente procedimento considera o fornecimento de um total de 151.745 refeições, de acordo com os totais de refeições que se estimam fornecer diariamente, por tipologia de Estabelecimento de Ensino, em função do número de dias letivos estimados, conforme o que abaixo se resume: - Ano Civil de 2018: EB1 - 64 dias letivos com 579 refeições por dia - 37.056 refeições; JI's - 73 dias letivos com 256 refeições por dia e 10 dias letivos com 128 refeições por dia - 19.968 refeições. - Ano Civil de 2019: EB1 - 107 dias letivos com 579 refeições por dia - 61.953 refeições; JI's - 112 dias letivos com 256 refeições por dia e 32 dias letivos com 128 refeições por dia - 32.768 refeições. Assim, e em função das estimativas evidenciadas na presente informação estima-se que o custo com o presente procedimento ascenda a um valor global de 303.490,00 € + IVA, que será portanto o preço base do procedimento a considerar, e que teve na sua definição o considerar dos valores unitários de procedimentos, de natureza similar, anteriormente adjudicados pelo Município, conjugado com os valores unitários das empresas selecionadas no lote do Acordo Quadro ao abrigo do qual o presente procedimento irá contratar. De igual modo se indica que o referido preço base será distribuído, por anos civis, conforme expresso no Quadro 1, em anexo, e de acordo com o que se resume: ANO 2018: 114.048,00 € + IVA; ANO 2019: 189.442,00 € + IVA. Mais se informa que o mesmo terá a classificação CPV seguinte, sendo que ao vocabulário principal corresponde o código 55520000 - Serviços de fornecimento de refeições (catering). Face ao exposto, propõe-se a abertura de um procedimento

concurisal por "Consulta Prévia para Celebração de Contrato ao Abrigo de Acordo Quadro", nos termos do número 1, do artigo 259.º, do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações da Declaração de Retificação n.º 42/2017, de 30 de novembro, vulgo novo Código dos Contratos Públicos, como abaixo se designa, para a confeção e fornecimento de refeições escolares aos alunos das EB1's e JI's do Concelho de Cantanhede, durante o ano letivo de 2018/2019, ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de refeições escolares (CIMRC-AQ 01/16), promovido pela CIM-RC. Sugere-se esta tipologia concursal, uma vez que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), concluiu o procedimento de Concurso Público Internacional para a celebração de Acordo Quadro para o Fornecimento de refeições escolares (CIMRC-AQ 01/16), sendo que o procedimento a abrir se enquadra no Lote 5 do mesmo (Lote 5 - Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente), apenas considerando a parte do Fornecimento e distribuição de refeições escolares transportadas a quente. No referido procedimento, e para o lote evidenciado, foram selecionados os seguintes fornecedores, devendo os mesmos serem, obrigatoriamente, convidados na consulta a ser desenvolvida pelo Município de Cantanhede: Eurest (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda. (NIPC 500 347 506); Uniself - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S. A. (NIPC 501 323 325); Consórcio ICA e Nordigal - Consórcio externo das empresas ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S. A. (NIPC 501 426 230) e Nordigal - Indústria de Transformação Alimentar, S. A. (NIPC 502 176 890) representado pela ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S. A. (NIPC 501 426 230); Agrupamento Gertal, S. A., Itau S. A. e Socigeste, Lda. - Agrupamento das empresas Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S. A. (NIPC 500 126 623); Itau - Instituto Técnico de

Alimentação Humana, S. A. (NIPC 500 142 858) e Socigeste - Serviços, Indústria e Comércio de Refeições, Lda. (NIPC 504 215 965) representado pela Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S. A. (NIPC 500 126 623). Saliente-se, no entanto que, atendendo ao objeto do contrato, considera-se estarmos perante um contrato misto cujo tipo contratual preponderante não é o da aquisição de serviços, ou em que o serviço assume um carácter acessório da disponibilização de um bem, pelo que nos termos da alínea a), do número 8, do artigo 58.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, vulgo Lei do Orçamento de Estado 2018, o mesmo não está sujeito à validação de encargos com contratos de aquisição de serviços prevista no referido artigo. Critérios de Adjudicação: A adjudicação será efetuada tendo em conta o critério da "proposta economicamente mais vantajosa na modalidade da avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar", conforme estabelece a alínea b), do número 1, do artigo 74.º, do novo Código dos Contratos Públicos, atendendo ao disposto no ponto 13., do Convite à Apresentação de Propostas, do presente Processo de Concurso e dado o cumprimento do disposto no número 3, do mesmo artigo pois as peças do procedimento definem todos os restantes elementos da execução do contrato a celebrar. Aprovação do Processo de Concurso: Junto se anexa o respetivo Processo de Concurso (Convite à Apresentação das Propostas e Caderno de Encargos), elaborados nos termos do artigo 115.º, e do artigo 42.º, do novo Código dos Contratos Públicos, respetivamente, conforme disposto na alínea b), do número 1, do artigo 40.º, do novo Código dos Contratos Públicos, sendo que nos termos do número 2, do mesmo artigo, os mesmos seguem anexos para aprovação superior. JÚRI: De acordo com o número 1, do artigo 67.º, do novo Código dos Contratos Públicos, "...os procedimentos para formação de Contrato são conduzidos por um Júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto,

em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes", cujo funcionamento e competências se encontram regulamentadas nos artigos 68.º e 69.º, do mesmo Diploma Legal. Para efeitos da Consulta Prévia para Celebração de Contrato ao Abrigo de Acordo Quadro mencionada em epígrafe, propõe-se para Júri, os seguintes elementos: Presidente: Dr. José Alberto Arêde Negrão, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro; Vogal: Dr. Sérgio Emanuel Mamede Fernandes, Chefe da Divisão Financeira e de Aprovisionamento; Vogal: Dr.ª Cláudia Filipa Quaresma Azevedo Neves Gouveia, Chefe da Divisão de Educação e Ação Social; Suplente: Dr. Edgar Marques Pratas, Técnico Superior; Suplente: Dr.ª Emília Jesus Ramos Pimentel, Técnica Superior; Suplente: Dr.ª Catarina Isabel Neto Façanha, Técnica Superior; Suplente: Dr.ª Ofélia Maria Pessoa Maia, Técnica Superior. Contudo, e atendendo ao disposto no número 2, do artigo 69.º, do novo Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar, pode delegar no Júri competências pelo que, no âmbito de presente procedimento, se propõe que o mesmo possa proceder a toda a tramitação processual que venha a ser nesse âmbito necessária, nomeadamente proceder à resposta aos esclarecimentos, bem como a proceder à tramitação processual de eventuais impugnações administrativas que venham a ocorrer no decorrer do mesmo. Importa ainda salientar que se propõe de igual modo que, dado que o procedimento ocorre na plataforma eletrónica deste Município, o Dr. Sérgio Emanuel Mamede Fernandes, na qualidade de Chefe da Divisão Financeira e de Aprovisionamento, ou o Dr. José Alberto Arêde Negrão, na qualidade de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, e em representação do Município de Cantanhede, possam assinar digitalmente, com a assinatura digital qualificada dos seus cartões de cidadão ou com certificado de assinatura digital, todos os documentos que venham, no decorrer do procedimento, a ser colocados na

plataforma eletrónica, depois de devidamente assinados em papel pela entidade competente. Mais se propõe que, qualquer tramitação de documentação, que venha depois a ser necessária na referida plataforma no decorrer do procedimento, possa ser efetuada pelos colaboradores afetos à Divisão Financeira e de Aprovisionamento, e em representação do Município de Cantanhede, desde que as competentes aprovações estejam devidamente efetuadas em papel pelo órgão competente. Imputação Orçamental: O custo com o presente procedimento deverá onerar a Rúbrica das Grandes Opções do Plano 02 211 2013/5008 1 - "Alimentação - Refeições confeccionadas" e Rúbrica Orçamental 02 020105 - "Alimentação - Refeições Confeccionadas", da Câmara Municipal e Serviços Municipais, onde o mesmo se encontra previamente cabimentado, pelo preço base do procedimento acima mencionado, sob o número RI Concurso 1125/2018, de 11/05/2018, sendo que o mesmo contempla, na informação de cabimento para anos seguintes, no ano de 2019, a parte do valor considerado para o mesmo, conforme distribuição plurianual acima evidenciada, devendo-se, aquando da celebração do contrato, proceder à correção do valor do respetivo cabimento para o valor a adjudicar, bem como ao competente compromisso do mesmo. Assunção de Compromissos Plurianuais: Atendendo a que a despesa do presente procedimento terá um encargo orçamental nos anos económicos de 2018 e de 2019, a autorização da repartição de encargos prevista nos números 1, 2 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, encontra-se dispensada dado o cumprimento da alínea a), do número 1, do mesmo artigo, pela inscrição da verba no plano plurianual aprovado, pelo órgão deliberativo, nas "Atividades mais relevantes do ano de 2018" na rúbrica 02 211 2013/5008 1 - "Alimentação - Refeições Confeccionadas" onde se prevê uma verba de 570.000,00 €, para o ano de 2019. De igual modo, e dada a publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual

redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromisso, e atendendo ao disposto na sua alínea c), do número 6, a autorização da assunção do compromisso plurianual, subjacente ao presente procedimento, foi também objeto da autorização, favorável à assunção de compromissos plurianuais, dada pela Assembleia Municipal, na sua Sessão de 18/12/2017. Ressalvas: O presente Município reserva-se o direito de não realizar a adjudicação, do presente concurso, nos termos do artigo 79.º, do Diploma anteriormente referenciado." *A Câmara, por unanimidade, tendo por base a informação prestada pelo Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento, deliberou mandar proceder à abertura de procedimento através de Consulta Prévia para celebração de contrato ao abrigo de acordo quadro para a "Confeção e fornecimento de refeições escolares aos alunos das EB's e JI's do Concelho de Cantanhede, durante o ano letivo de 2018/2019", pelo que aprovou o respetivo Processo de Concurso (Convite à Apresentação das Propostas e Caderno de Encargos), bem como a constituição do Júri para o presente concurso, nos termos propostos na informação do Departamento Administrativo e Financeiro/Divisão Financeira e de Aprovisionamento. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

35 - VENDA DE TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DO LOTE N.º 21 / ZONA INDUSTRIAL DE FEBRES / ISIDRO PESSOA, UNIPESSOAL, LD.ª:- A Senhora

Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 15/05/2018 pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: "A requerente está instalada no lote 21 da Zona Industrial de Febres pretende aumentar a área do lote de forma a aumentar a capacidade construtiva para uma área mínima de 500 m2. Dispondo o Município de uma área de terreno confinante com o lote, procedeu-se ao 3º Aditamento ao alvará de loteamento nº 2/2012, de 19/6, permitindo

o aumento com 2.400 m2 da área do lote 21, que passa assim de 3.306 m2 atuais para 5.706 m2, garantindo um aumento da respetiva capacidade construtiva da ordem dos 1.200 m2. O preço de venda do lote inicial foi de 5 €/m2, em 2012. Fazendo a atualização do preço, face ao tempo decorrido, aplicando o coeficiente de atualização definido na Portaria n.º 326/2017 de 30 de outubro, obtém-se o valor de 5,20 €/m2, que se propõe para a presente alienação, que totalizará o montante de 12.480 €. As condições da venda do terreno, excetuando o preço que passa a ser o indicado, devem ser as que foram fixadas inicialmente na venda efetuada à empresa Isidro Pessoa, Unipessoal, Lda, na escritura de compra e venda celebrada em 6 de agosto de 2012.”

A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, deliberou vender à Firma Isidro Pessoa, Unipessoal, Limitada, o prédio com a área de 2.400m2, inscrito na matriz predial urbana com o artigo P4988, da Freguesia de Febres, não descrito na Conservatória dos registos de Cantanhede, para ampliação do lote n.º 21, sito na Zona Industrial de Febres, pelo valor de 5,20€/m2, que totaliza o valor global da 12.480,00€ (doze mil quatrocentos e oitenta euros), mantendo as condições de venda, do referido lote, conforme deliberação camarária de 05/06/2012. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

36 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO / DISCUSSÃO PÚBLICA:-

O Senhor Vice-Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 15/05/2018 pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: “De acordo com o disposto no artigo 3.º do D.L nº 555/99, de 16/12, na redação dada pelo D. L. nº 136/2014, de 9 de setembro (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE), devem os municípios, no exercício do seu poder regulamentar próprio,

aprovar regulamentos municipais de urbanização e ou de edificação, bem como regulamentos relativos ao lançamento e liquidação das taxas e prestação de caução que, nos termos da lei, sejam devidas pela realização de operações urbanísticas. O Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização (RMEU), em vigor desde 31 de março de 2014 carece de atualização para se adaptar às alterações legislativas entretanto introduzidas, nomeadamente, naquele RJUE, no D.L. nº 10/2015, de 16 de janeiro, que aprova o Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração e da alteração ao Sistema de Indústria Responsável introduzidas pelo D.L. nº 73/2015, de 11 de maio. Por outro lado, devem ser introduzidas as alterações e os ajustamentos adequados resultantes da experiência acumulada na utilização do regulamento em vigor para obter uma maior operacionalidade, na instrução de processos e procedimentos e para rever aspetos relativos à atualização de conceitos urbanísticos. Nesse sentido submete-se para apreciação a proposta de alteração do RMEU a fim de ser submetida a discussão pública, por prazo não inferior a 30 dias, antes da sua aprovação pelos órgãos municipais e posterior publicação na 2.ª série do Diário da República, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na lei, conforme estipulado nos nºs 3 e 4 do referido artigo 3º do RJUE.” *A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, deliberou: 1) Aprovar a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, documento do qual ficará uma cópia arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas; 2) Mandar submeter à discussão pública, pelo prazo de 30 dias, a proposta de Alteração ao Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 139/2014, de 9 de setembro. O Senhor*

Vereador Arqº. Gonçalo Magalhães, referiu ter inicialmente uma declaração de voto a apresentar referente a este ponto, votando contra a proposta, do seguinte teor: “Uma alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização é uma medida de extrema importância estratégica para um município e, como tal, merece a atenção e o debate devidos. Tal não aconteceu. Uma vez mais, não recebi a proposta de alteração até à data da presente reunião de Câmara. Como tal, pretendo que se promova uma reunião com os técnicos para que os mesmos me possam pôr devidamente ao corrente das alterações propostas, assim como averiguar possíveis alternativas às mesmas. É com profundo desagrado que voto CONTRA esta alteração, pois a forma como a mesma foi apresentada nada tem que ver com os valores de transparência e integração da sociedade civil que defendo. Em caso de aprovação pelo executivo municipal da referida proposta, apenas terei a oportunidade de manifestar a minha opinião como cidadão, técnico externo ou autarca, no período legalmente exigido para a discussão pública, o que, reforço: sendo esta uma medida de profundo impacte no desenvolvimento do município, considero francamente insuficiente.” No entanto, uma vez que será dada a oportunidade de discussão do documento, conforme indicação do Senhor Vice-Presidente, e dado que a vinda da proposta à reunião de Câmara tem por objetivo acelerar a sua entrada em vigor, aquele Vereador retirou a declaração de voto, ficando a mesma sem efeito. De seguida aproveitou para elogiar a postura do Senhor Vice-Presidente quanto à vontade manifestada em integrar os técnicos externos, bem como os restantes membros do Executivo na apreciação e discussão do referido regulamento. Posto isto, e considerando a agilização dos procedimentos, o Senhor Vereador Arqº. Gonçalo Magalhães votou favoravelmente a alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

37 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS DE EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO / DISCUSSÃO PÚBLICA:- O Senhor Vice-

Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 15/05/2018 pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: “De acordo com o disposto no artigo 3.º do D.L nº 555/99, de 16/12, na redação dada pelo D. L. nº 136/2014, de 9 de setembro (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE), devem os municípios, no exercício do seu poder regulamentar próprio, aprovar regulamentos municipais de urbanização e ou de edificação, bem como regulamentos relativos ao lançamento e liquidação das taxas e prestação de caução que, nos termos da lei, sejam devidas pela realização de operações urbanísticas. O Regulamento Municipal de Taxas de Edificação e Urbanização (RMTEU), em vigor desde 1 de janeiro de 2010 carece de atualização para se adaptar às alterações legislativas entretanto introduzidas, nomeadamente, naquele RJUE, no D.L. nº 48/2011, de 1 de abril, referente ao Licenciamento Zero e das alterações ao Sistema de Indústria Responsável (SIR) aprovado em anexo ao D.L. nº 169/2012, de 1 de agosto, com as alterações introduzidas pelo D.L. nº 73/2015, de 11 de maio. Por outro lado, o artigo 9º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RGTAL) aprovado pela Lei nº 53-E/2006 de 29 de dezembro, na atual redação conferida pela Lei nº 117/2009, estipula que qualquer alteração ao valor ou regras das taxas obriga à alteração do respetivo Regulamento, bem como à fundamentação económico-financeira das taxas fixadas. As alterações de taxa propostas, devidamente sustentadas económico-financeiramente respeitam o princípio da proporcionalidade e constituem um apoio efetivo às políticas municipais. Nesse sentido submete-se para apreciação a proposta de alteração do RMTEU a fim de ser submetida a discussão pública, por prazo não inferior a 30 dias, antes da sua aprovação pelos órgãos

municipais e posterior publicação na 2.^a série do Diário da República, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na lei, conforme estipulado nos n.ºs 3 e 4 do referido artigo 3.º do RJUE.” A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, deliberou: 1) Aprovar a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas de Edificação e Urbanização, documento do qual ficará uma cópia arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas; 2) Mandar submeter à discussão pública, pelo prazo de 30 dias, a proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas de Edificação e Urbanização, nos termos do disposto no n.º3 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 139/2014, de 9 de setembro. O Senhor Vereador Arq.º Gonçalo Magalhães, referiu ter inicialmente uma declaração de voto a apresentar referente a este ponto, votando contra a proposta, do seguinte teor: “Uma alteração ao Regulamento Municipal de Taxas de Edificação e Urbanização é uma medida de extrema importância estratégica para um município e, como tal, merece a atenção e o debate devidos. Tal não aconteceu. Uma vez mais, não recebi a proposta de alteração até à data da presente reunião de Câmara. Como tal, pretendo que se promova uma reunião com os técnicos para que os mesmos me possam pôr devidamente ao corrente das alterações propostas, assim como averiguar possíveis alternativas às mesmas. É com profundo desagrado que voto CONTRA esta alteração, pois a forma como a mesma foi apresentada nada tem que ver com os valores de transparência e integração da sociedade civil que defendo. Em caso de aprovação pelo executivo municipal da referida proposta, apenas terei a oportunidade de manifestar a minha opinião como cidadão, técnico externo ou autarca, no período legalmente exigido para a discussão pública, o que, reforço: sendo esta uma medida de profundo impacte no desenvolvimento do município, considero francamente

insuficiente.” No entanto, uma vez que será dada a oportunidade de discussão do documento, conforme indicação do Senhor Vice-Presidente, e dado que a vinda da proposta à reunião de Câmara tem por objetivo acelerar a sua entrada em vigor, o referido Vereador retirou a declaração de voto, ficando a mesma sem efeito. De seguida aproveitou para elogiar a postura do Senhor Vice-Presidente quanto à vontade manifestada em integrar os técnicos externos, bem como os restantes membros do Executivo na apreciação e discussão do referido regulamento. Posto isto, e considerando a agilização dos procedimentos, o Senhor Vereador Arqº. Gonçalo Magalhães votou favoravelmente a alteração ao Regulamento Municipal de Taxas de Edificação e Urbanização. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

38 - 1.ª ALTERAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE

CANTANHEDE- O Senhor Vice-Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 10/05/2018 pelo Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, do seguinte teor: “1.Com a entrada em vigor do Programa da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POC OMG), publicado através da RCM nº 112/2017, no DR nº 154, Iª série, a 10 de agosto de 2017, o Plano Diretor Municipal de Cantanhede através do procedimento de Alteração por adaptação incorporou as orientações e diretrizes do programa identificadas como incompatíveis; 2. Ficou por incorporar a NE 30, uma vez que obriga a um procedimento mais complexo, nomeadamente através de uma Alteração, tendo sido dado o prazo de um ano, contado a partir da entrada em vigor da RCM; 3. A NE 30 trata-se de uma norma complexa e bastante restritiva, porém, o POC OMG permite um regime de exceção na sua aplicabilidade com base na elaboração de um estudo rigoroso que atenda aos parâmetros tipificados na NE31; 4. A A.P.A. (Agência Portuguesa do Ambiente) ficou

de elaborar a metodologia e os conteúdos que o estudo deveria abordar, de forma a que todas as Câmaras que pretendam realizar o estudo tenham uma referência e conhecimento prévio da exigência do mesmo. Porém, até à data ainda não o fez; 5. Conforme estipulado no art.º 118º do Decreto-lei nº 80/2015, de 14 de maio, a alteração dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer “da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes ou sempre que essa alteração seja necessária, em resultado da entrada em vigor de novas leis ou regulamentos.” A pretensão da Câmara enquadra-se na legislação. 6. A Câmara Municipal de Cantanhede tem que deliberar o início do processo de elaboração da 1ª Alteração da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede, cuja 1ª fase compreende a publicação no Diário da República (2ª série) e divulgação nos órgãos de comunicação social e página da internet, a que se segue um período de audiência prévia dos interessados com um prazo de 15 dias para se pronunciarem, conforme disposto no ponto 1 do art.º 76º conjugado com o ponto 2 do art.º 88º do Decreto-lei nº 80/2015, de 14 de maio. Prevê-se que o processo de alteração do plano não ultrapasse 12 meses. 7. As alterações previstas vão ter apenas incidência a nível do Regulamento no Capítulo III Secção VII – Zonas sujeitas a regimes de salvaguarda e na Planta de Ordenamento - Zonas sujeitas a regimes de salvaguarda. 8. De acordo com os critérios referidos no DL nº 232/2007, de 15 de junho, as alterações a introduzir não são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, pelo que, considero não ser necessário que o plano tenha que ser objeto de Avaliação Ambiental (AA).” Em 10/05/2018 o Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo informa que será de deliberar o início do processo de elaboração da 1.ª alteração da 1.ª Revisão do PDM de Cantanhede, nos termos da informação. *A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pela Divisão de Urbanismo e*

Reabilitação Urbana e bem assim a informação prestada pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, deliberou dar início ao processo de elaboração da 1.ª Alteração da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede, nos precisos termos e condições constantes da informação da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

39 - 1.ª ALTERAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA

DA TOCHA- O Senhor Vice-Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 10/05/2018 pelo Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, do seguinte teor: “1.Com a entrada em vigor do Programa da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POC OMG), publicado através da RCM nº 112/2017, no DR nº 154, 1ª série, a 10 de agosto de 2017, o Plano de Urbanização da Praia da Tocha através do procedimento de Alteração por adaptação incorporou as orientações e diretrizes do programa identificadas como incompatíveis; 2. Ficou por incorporar a NE 30, uma vez que obriga a um procedimento mais complexo, nomeadamente através de uma Alteração, tendo sido dado o prazo de um ano, contado a partir da entrada em vigor da RCM; 3. A NE 30 trata-se de uma norma complexa e bastante restritiva, porém, o POC OMG permite um regime de exceção na sua aplicabilidade com base na elaboração de um estudo rigoroso que atenda aos parâmetros tipificados na NE31; 4. A A.P.A. (Agência Portuguesa do Ambiente) ficou de elaborar a metodologia e os conteúdos que o estudo deveria abordar, de forma a que todas as Câmaras que pretendam realizar o estudo tenham uma referência e conhecimento prévio da exigência do mesmo. Porém, até à data ainda não o fez; 5. Conforme estipulado no art.º 118º do Decreto-lei nº 80/2015, de 14 de maio, a alteração dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer “da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes

ou sempre que essa alteração seja necessária, em resultado da entrada em vigor de novas leis ou regulamentos.” A pretensão da Câmara enquadra-se na legislação. 6. A Câmara Municipal de Cantanhede tem que deliberar o início do processo de elaboração da 1ª Alteração da Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha, cuja 1ª fase compreende a publicação no Diário da República (2ª série) e divulgação nos órgãos de comunicação social e página da internet, a que se segue um período de audiência prévia dos interessados com um prazo de 15 dias para se pronunciarem, conforme disposto no ponto 1 do art.º 76º conjugado com o ponto 2 do art.º 88º do Decreto-lei nº 80/2015, de 14 de maio. Prevê-se que o processo de alteração do plano não ultrapasse 12 meses. 7. As alterações previstas vão ter apenas incidência a nível do Regulamento no Capítulo I Secção II – Zonas sujeitas a regimes de salvaguarda e na Planta de Zonamento - Zonas sujeitas a regimes de salvaguarda. 8. De acordo com os critérios referidos no DL nº 232/2007, de 15 de junho, as alterações a introduzir não são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, pelo que, considero não ser necessário que o plano tenha que ser objeto de Avaliação Ambiental (AA).” Em 10/05/2018 o Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo informa que será de deliberar o início do processo de elaboração da 1.ª alteração da Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha, nos termos da informação. *A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pela Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana e bem assim a informação prestada pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, deliberou dar início ao processo de elaboração da 1.ª Alteração da 1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha, nos precisos termos e condições constantes da informação da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

40 - ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ANÇÃ /

APROVAÇÃO- A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 10/05/2018 pelo Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, do seguinte teor: “1.O Plano de Urbanização de Ançã, foi aprovado através do Aviso nº 28564/2008, publicado no DR nº 231, 2ª série, de 28 de novembro de 2008. A Planta de Condicionantes foi uma das peças desenhadas fundamentais que foi publicada em simultâneo com a publicação do PU. A mesma contém as áreas afetas à restrição de utilidade pública da REN (Reserva Ecológica Nacional) e RAN (Reserva Agrícola Nacional); 2. A delimitação da REN para a área do Município de Cantanhede, no âmbito do processo da 1ª Revisão do PDM, foi publicada através da Portaria nº 72/2016, de 6 de abril, no DR nº 67, I série, alterada pelo Despacho nº 40/2017, de 2 de janeiro e a 2ª alteração publicada pelo Aviso nº 6750/2017, de 16 de junho, no DR nº 115, 2ª série. A delimitação da REN do concelho de Cantanhede não corresponde à REN delimitada aquando a aprovação do PU de Ançã; 3. A RAN delimitada no âmbito do processo da 1ª Revisão do PDM publicada no Diário da República, 2ª série, nº 248, de 21 de dezembro de 2015, através do Aviso nº 14904/2015, nomeadamente a Planta de Condicionantes – Reserva Agrícola Nacional, também não corresponde à RAN delimitada aquando a aprovação do PU de Ançã; 4. De acordo com o estipulado na alínea b) do ponto 1 do art.º 121º do RJIGT, a entrada em vigor dos planos territoriais leva a que as regras entre os instrumentos sejam compatíveis ou conformes, através do procedimento de Alteração por Adaptação; 5. O procedimento de Alteração por Adaptação é um procedimento simplificado, nomeadamente: a) Declaração da Câmara Municipal de Cantanhede, acompanhada pela Planta de Condicionantes do PU de Ançã com a alteração proposta, nomeadamente a nível da delimitação das áreas abrangidas pela REN e pela RAN; b)

de acordo com o ponto 4 do artigo 121º (RGIT), a Câmara Municipal tem apenas que transmitir à Assembleia Municipal e à CCDRC a declaração de Alteração; c) As alterações introduzidas têm que ser remetidas para publicação no Diário da República e depósito através da plataforma da DGT. 6. Face ao exposto deverá a Câmara aprovar as alterações propostas na presente informação e no documento anexo.” Em 10/05/2018 o Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo informa que será de aprovar as alterações ao P.U. de Ançã, nos termos da informação, comunicando-se a deliberação à CCDRC, à Assembleia Municipal e remetendo-a para publicação no Diário da República. *A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pela Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana e bem assim a informação prestada pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, deliberou:*

1) Aprovar a alteração por adaptação do Plano de Urbanização de Ançã, nos precisos termos e condições preconizados na informação do Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana; 2) Transmitir à Assembleia Municipal, CCDRC, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e Junta de Freguesia de Ançã, para conhecimento, a presente deliberação e correspondente declaração de Alteração; 3) Remeter a alteração em apreço para publicação no Diário da República e depósito através da plataforma da D.G.T. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

41 - ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE FEBRES /

APROVAÇÃO- A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 10/05/2018 pelo Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, do seguinte teor: “1. O Plano de Urbanização de Febres, foi aprovado através do Aviso nº 28562/2008, publicado no DR nº 231, 2ª série, de 28 de novembro de 2008. A Planta de Condicionantes, a Planta da Reserva

Ecológica Nacional e a Planta da Reserva Agrícola Nacional foram peças desenhadas fundamentais que foram publicadas em simultâneo com a publicação do PU. As mesmas contêm as áreas afetadas à restrição de utilidade pública da REN (Reserva Ecológica Nacional) e RAN (Reserva Agrícola Nacional); 2. A delimitação da REN para a área do Município de Cantanhede, no âmbito do processo da 1ª Revisão do PDM, foi publicada através da Portaria nº 72/2016, de 6 de abril, no DR nº 67, I série, alterada pelo Despacho nº 40/2017, de 2 de janeiro e a 2ª alteração publicada pelo Aviso nº 6750/2017, de 16 de junho, no DR nº 115, 2ª série. A delimitação da REN do concelho de Cantanhede não corresponde à REN delimitada aquando a aprovação do PU de Febres; 3. A RAN delimitada no âmbito do processo da 1ª Revisão do PDM publicada no Diário da República, 2ª série, nº 248, de 21 de dezembro de 2015, através do Aviso nº 14904/2015, nomeadamente a Planta de Condicionantes – Reserva Agrícola Nacional, também não corresponde à RAN delimitada aquando a aprovação do PU de Febres; 4. De acordo com o estipulado na alínea b) do ponto 1 do art.º 121º do RJIGT, a entrada em vigor dos planos territoriais leva a que as regras entre os instrumentos sejam compatíveis ou conformes, através do procedimento de Alteração por Adaptação; 5. O procedimento de Alteração por adaptação é um procedimento simplificado, nomeadamente: a) Declaração da Câmara Municipal de Cantanhede, acompanhada pela Planta de Condicionantes, Planta da REN e Planta da RAN do PU de Febres com a alteração proposta, nomeadamente a nível da delimitação das áreas abrangidas pela REN e pela RAN; b) de acordo com o ponto 4 do artigo 121º (RGIT), a Câmara Municipal tem apenas que transmitir à Assembleia Municipal e à CCDRC a declaração de Alteração; c) As alterações introduzidas têm que ser remetidas para publicação no Diário da República e depósito através da plataforma da DGT. 6. Face ao exposto deverá a Câmara aprovar as alterações propostas na

presente informação e no documento anexo.” Em 10/05/2018 o Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo informa que será de aprovar as alterações ao P.U. de Febres, nos termos da informação, com comunicação à CCDRC e Assembleia Municipal com publicação no Diário da República. *A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pela Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana e bem assim a informação prestada pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, deliberou: 1) Aprovar a alteração por adaptação do Plano de Urbanização de Febres, nos precisos termos e condições preconizados na informação do Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana; 2) Transmitir à Assembleia Municipal, CCDRC, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e Junta de Freguesia de Febres, para conhecimento, a presente deliberação e correspondente declaração de Alteração; 3) Remeter a alteração em apreço para publicação no Diário da República e depósito através da plataforma da D.G.T. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

42 - ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA TOCHA

/ APROVAÇÃO- A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 10/05/2018 pelo Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, do seguinte teor: “1.O Plano de Urbanização da Tocha, foi aprovado através do Aviso nº 28563/2008, publicado no DR nº 231, 2ª série, de 28 de novembro de 2008. A Planta de Condicionantes, a Planta da Reserva Ecológica Nacional e a Planta da Reserva Agrícola Nacional foram peças desenhadas fundamentais que foram publicadas em simultâneo com a publicação do PU. As mesmas contêm as áreas afetas à restrição de utilidade pública da REN (Reserva Ecológica Nacional) e RAN (Reserva Agrícola Nacional); 2. A delimitação da REN para

a área do Município de Cantanhede, no âmbito do processo da 1ª Revisão do PDM, foi publicada através da Portaria nº 72/2016, de 6 de abril, no DR nº 67, I série, alterada pelo Despacho nº 40/2017, de 2 de janeiro e a 2ª alteração publicada pelo Aviso nº 6750/2017, de 16 de junho, no DR nº 115, 2ª série. A delimitação da REN do concelho de Cantanhede não corresponde à REN delimitada aquando a aprovação do PU da Tocha; 3. A RAN delimitada no âmbito do processo da 1ª Revisão do PDM publicada no Diário da República, 2ª série, nº 248, de 21 de dezembro de 2015, através do Aviso nº 14904/2015, nomeadamente a Planta de Condicionantes – Reserva Agrícola Nacional, também não corresponde à RAN delimitada aquando a aprovação do PU da Tocha; 4. De acordo com o estipulado na alínea b) do ponto 1 do art. 121 do RJGT, a entrada em vigor dos planos territoriais leva a que as regras entre os instrumentos sejam compatíveis ou conformes, através do procedimento de Alteração por Adaptação; 5. O procedimento de Alteração por adaptação é um procedimento simplificado, nomeadamente: a) Declaração da Câmara Municipal de Cantanhede, acompanhada pela Planta de Condicionantes, Planta da REN e Planta da RAN do PU da Tocha com a alteração proposta, nomeadamente a nível da delimitação das áreas abrangidas pela REN e pela RAN; b) de acordo com o ponto 4 do artigo 121º (RGIT), a Câmara Municipal tem apenas que transmitir à Assembleia Municipal e à CCDRC a declaração de Alteração; c) As alterações introduzidas têm que ser remetidas para publicação no Diário da República e depósito através da plataforma da DGT. 6. Face ao exposto deverá a Câmara aprovar as alterações propostas na presente informação e no documento anexo.” Em 10/05/2018 o Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo informa que será de aprovar as alterações ao P.U. da Tocha, para comunicação à CCDRC e Assembleia Municipal, com publicação no Diário da República, nos termos da informação. *A Câmara, por unanimidade e tendo*

por base a informação prestada pela Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana e bem assim a informação prestada pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, deliberou: 1) Aprovar a alteração por adaptação do Plano de Urbanização da Tocha, nos precisos termos e condições preconizados na informação do Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana; 2) Transmitir à Assembleia Municipal, CCDRC, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e Junta de Freguesia da Tocha, para conhecimento, a presente deliberação e correspondente declaração de Alteração; 3) Remeter a alteração em apreço para publicação no Diário da República e depósito através da plataforma da D.G.T. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

43 - RATIFICAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DA ÁREA DO 6.º ADITAMENTO DO ALVARÁ

DE LOTEAMENTO N.º 2/2000- O Senhor Vice-Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 24/04/2018 pelo Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, do seguinte teor: “1.O 6º Aditamento ao Alvará de Loteamento nº 2/2000, de 15/02/2000, foi aprovado por deliberação camarária de 6 de fevereiro; 2. Porém, aquando a elaboração do respetivo alvará foi detetada dois erros, nomeadamente a área de intervenção do loteamento e a área cedida para os arruamentos (vias, estacionamento, passeios e espaços verdes); 3. Logo, onde se lê: Área de intervenção – 157 964,00 m² deverá ler-se 157 465,00 m²; Área de arruamentos (vias, estacionamento, passeios e espaços verdes) – 33 862,60 m² deverá ler-se 33 363,60m². 4. Todas as peças desenhadas e escritas foram corrigidas em conformidade.” Em 27/04/2018 o Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo informa que é de aprovar, mediante aprovação da Câmara Municipal.” Por despacho proferido em 11/05/2018, o Senhor Vice-Presidente, com competências

delegadas e no impedimento da Senhora Presidente da Câmara, autorizou a retificação ao 6.º aditamento ao alvará de Loteamento n.º 2/2000, de 15/02/2000, remetendo o assunto a ratificação do Executivo Camarário. *A Câmara, nos termos do n.º 3, do art.º 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho proferido em 11/05/2018 pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, com competências delegadas, e no impedimento da Senhora Presidente da Câmara, pelo qual foi autorizada a retificação ao 6.º aditamento ao alvará de Loteamento n.º 2/2000, de 15/02/2000, nos precisos termos e condições preconizados na informação da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana.*-----

44 - 7.º ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/2000 – ZONA INDUSTRIAL DE CANTANHEDE / MUNICÍPIO DE CANTANHEDE-

O Senhor Vice-Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma informação prestada em 10/05/2018 pelo Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, do seguinte teor: “1) O 7º Aditamento ao Alvará de Loteamento nº 2/2000, de 15/02/2000, surge na sequência do pedido de 3 empresas que pretendem ver reformulados os seus lotes e a sua área construída aumentada, dentro desta área de intervenção; 2) O aditamento proposto é da iniciativa da Câmara Municipal de Cantanhede em conjunto com os proprietários do lote nº 39, lote nº 40 e lote nº 41 e da empresa José Aniceto & Irmão, Lda (proprietária de parte da parcela remanescente); 3) A parcela remanescente, com 8 101,00 m², constituída através do 6º Aditamento ao Alvará de Loteamento nº 2/2000, é constituída por terrenos propriedade da Câmara Municipal de Cantanhede e da empresa José Aniceto & Irmão, Lda. A área da mesma vai ser integrada na área ampliada dos lotes alterados; 4) A presente alteração diz respeito: Área do lote nº 39 – que passa de 2 568,00 m² para 8 350,00 m²; Área do lote nº 40 – que passa de 2 415,00 m² para 2 447,00 m²; Área do lote nº 41 – que passa de

3 240,00 m² para 5 505,00 m²; Área de lotes – passa de 116 000,40 m² para 120 079,00 m²; Área de arruamento (vias, estacionamento, passeios, e espaços verdes) – passa de 33 363,60 m² para 33 885,60 m²; Eliminação da parcela remanescente com 8 101,00m² (esta área foi integrada nas novas áreas dos lotes nº 39, 40 e 41); Correção do raio de concordância do traçado do passeio confinante com o lote nº 39 (a sudeste);5) De acordo com a Planta de Ordenamento da 1ª Revisão ao Plano Diretor Municipal de Cantanhede, publicada no D.R. n.º 248 – 2ª série, de 21 de dezembro de 2015, através do Aviso nº 14904/2015, republicado no DR nº 60 – 2ª série, de 28 de março de 2015, através do Aviso nº 14826/2017, de 11 de dezembro, a parcela com 4 437,00 m², localiza-se em Espaços de Atividades Económicas (Solo Urbanizado), a parcela com 70 683,00 m² localiza-se em Espaços de Atividades Económicas (Solo Urbanizável) e a parcela com 82 844,00 m² localiza – se na Zona Industrial, conforme estipulado na Planta de Zonamento do Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede, publicado pelo Aviso n.º 4058/2018, de 26 de março; 6) A proposta dá cumprimento às condições de ocupação e uso definidas no artigo 22º do Regulamento da 3ª Alteração ao Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede, publicado pelo Aviso n.º 4058/2018, de 26 de março, e às condições de ocupação e uso definidas no artigo 69º e 78º do regulamento do PDM; 7) Relativamente ao nº de lugares de estacionamento, os mesmos são garantidos ao longo dos dois lados dos arruamentos projetados, considerando-se ainda existirem condições para que no interior dos lotes se possa acomodar os restantes lugares necessários ao cumprimento da legislação em vigor; 8) O pedido de alteração não cumpre o disposto no ponto 2 do art. 27º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto Lei nº 136/2014, de 9 setembro. A alteração à licença da operação de loteamento é precedida da notificação para pronúncia dos outros proprietários. Porém,

a Câmara Municipal de Cantanhede e os outros 4 promotores do 7º Aditamento ao Alvará de Loteamento nº 2/2000, têm a maioria da área dos lotes, pelo que, não é tecnicamente possível os proprietários dos restantes fazerem oposição, conforme o disposto no ponto 3 do art. 27º do Decreto Lei nº 136/2014, de 9 de setembro. Face ao exposto, considera-se ultrapassada esta condição, devendo, no entanto, ser transmitido aos outros proprietários a alteração proposta para o loteamento, para conhecimento. 9) O Aditamento está em condições de ser submetido a aprovação da Câmara Municipal de Cantanhede. 10) Posteriormente a proposta deverá ser objeto de elaboração dos respetivos projetos de obras de urbanização.” Em 10/05/2018 o Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo informa que será de aprovar a alteração do loteamento nos termos propostos. Após aprovação será possível alienar às empresas as área para ampliação dos respetivos lotes. *A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pela Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana e bem assim pela informação prestada pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, deliberou aprovar o 7.º Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 2/2000, sito na Zona Industrial de Cantanhede, Cidade de Cantanhede, União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, nos precisos termos e condições constantes das referidas informações. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

45 - EMISSÃO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE / NO LUGAR DE CAÇO A / FREGUESIA DE CADIMA / DE PAULO ALEXANDRE DE OLIVEIRA BARRETO,

requerimento n.º 672/2018, datado de 18/04/2018, solicitando a emissão de uma certidão de compropriedade referente a um prédio sito no lugar de Caçoa, na Freguesia de Cadima. Junto ao processo encontra-se uma informação prestada em 19/04/2018 pela Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, do seguinte teor: “É requerido

parecer, para efeitos do disposto no art.º 54º da lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto e Lei n.º 70/2015, de 16 de julho de 2015, sobre a constituição de compropriedade, do seguinte prédio rústico: - 4.020,00 m2, inscrito na matriz sob o artigo 12424º, da freguesia de Cadima e descrito na CRP de Cantanhede. Não se vê inconveniente na constituição da compropriedade requerida, para o artigo discriminado, porque não resulta do ato o parcelamento físico da propriedade em violação do regime legal dos loteamentos urbanos.” Naquela mesma data a Chefe daquela Divisão informa que é de certificar nos termos da informação. *A Câmara, por unanimidade e tendo por base as informações prestadas pela Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, deliberou autorizar a emissão da certidão de compropriedade, requerida por Paulo Alexandre de Oliveira Barreto, referente a um prédio sito no lugar de Caçoa, Freguesia de Cadima, inscrito na matriz predial rústica, daquela mesma Freguesia, sob o artigo n.º 12424º, nos precisos termos do preconizado na referida informação, mandando certificar em conformidade. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

46 - PROCESSO N.º 280/2018 / LICENÇA ADMINISTRATIVA / RUA HERÓIS DO ULTRAMAR, LOTE N.º 10 – CIDADE DE CANTANHEDE / UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANTANHEDE E POCARIÇA / CATARINA CRISTINA CARREIRA

SIMÕES:- O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara uma informação prestada em 03/04/2018 pelo Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, do seguinte teor: “1. Descrição do pedido: O processo em apreço refere-se ao licenciamento de uma moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação. 2. Parâmetros urbanísticos da proposta: Loteamento: Área do terreno: 540m2; Frente do terreno: 12m; Área de Implantação habitação: 126. 00m2, Área de Implantação do

anexo. lot:40.00m²; Área construção da Habitação:190.00m², Área de construção do Anexo: 40.00m². Projeto: Área do terreno: 540m²; Frente do terreno: 12m; Área implantação da habitação: 114.50m²; Área implantação do Anexo: 40.00m²; Área total de Construção habitação: 195.60m²; Área Total Construção anexo: 40.00m²; Área total de construção: 235.60m². 3. Instrução do processo: O processo encontra-se devidamente instruído (Portaria n. 113/2015, de 22 de Abril, e no RMEU). 4. Enquadramento legal: Instrumento de gestão territorial aplicável: Alvará de Loteamento. Na sequência da apreciação do processo de construção mencionado em epígrafe, e com base no Instrumento de Gestão Territorial aplicável (alvará de loteamento com o reg^o5/2009), Informa-se que o projeto cumpre o disposto na planta síntese do loteamento, no que diz respeito à área de construção, área de implantação, nº de piso e uso previsto (habitação e anexos) se considerarmos o exposto no ponto 8 do art^o27 do RJUE, que admite exceções aos valores estipulados da área de implantação, área de construção, ou nº de fogos na razão de 3%, devendo o projeto ser aprovado por deliberação Camararia. O estacionamento é salvaguardado no interior do prédio. Foi apresentada a ficha Segurança contra riscos de incêndios (Dec. Lei n. 220/2008, alterado pelo Dec. Lei n. 224/15): 1ª categoria de risco. Acessibilidades: Nada a assinalar: 5. Proposta de decisão. Face ao exposto, Propõe-se o deferimento do processo nas seguintes condições: Implantação (habitação): de acordo com a planta de implantação à esc.: 1/200, Implantação (anexo): de acordo com a planta de implantação à esc.: 1/200; Cota de soleira: de acordo com o projeto (planta de acessibilidades); Muros de vedação: Deverá desenvolver-se nos termos das peças desenhadas, Os resíduos de construção e demolição (RCD), que não seja possível reutilizar, devem ser objeto de triagem em obra, para posterior encaminhamento, por fluxos e fileiras de matérias, para reciclagem ou outras formas de valorização. Quando

a triagem não possa ser efetuada, o produtor dos RCD é responsável pelo seu encaminhamento para operador de gestão licenciada. O transporte de RCD deve ser feito acompanhado de uma guia, conforme modelo aprovado pela Portaria nº 417/2008, de 11 de Junho (artº12º). O projeto deve ir a Reunião de Camara. As especialidades foram entregues.” Em 12/04/2018 a Chefe daquela Divisão informa que é de deferir nos termos da informação, uma vez que a proposta cumpre o alvará de loteamento n.º 5/2009, conjugado com o disposto no ponto 8 do art.º 27 do RJUE. *A Câmara, por unanimidade e tendo por base as informações prestadas pelo Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, deliberou aprovar o projeto de obras, respeitante ao processo n.º 280/2018, referente à construção no lote n.º 10, na Rua Heróis do Ultramar, na cidade de Cantanhede, União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, nos precisos termos e condições constantes da informação prestada pelo Departamento de Obras e Urbanismo//Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.*-----

47 - PROCESSO N.º 1067/2016 / ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS / DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE OUTIL, requerimento entrado nos serviços em 24/04/2018, solicitando a esta Autarquia a isenção de todas as taxas previstas, no âmbito do processo de obras n.º 714/2018. Junto ao processo encontra-se uma informação prestada em 02/05/2018 pela Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, do seguinte teor: “É de deferir o pedido de isenção de taxas no valor de 25,55 €, ao abrigo do estipulado no ponto 1.3 do art.º 9 do RMTEU.” *A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação prestada pelo Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, deliberou, ao abrigo do disposto no ponto 1.3 do art. 9º do Regulamento Municipal de Taxas de Edificação e Urbanização, isentar a Fábrica da*

Igreja Paroquial de Outil, do pagamento das taxas previstas no referido Regulamento, no valor de 25,55 €, devidas no âmbito do processo de obras n.º 1067/2018. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.-----

48 - ATIVIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS APOIADAS PELA CÂMARA E A REALIZAR NO PERÍODO DE 15 DE MAIO A 5 DE JUNHO DE 2018:-

A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma relação dos eventos culturais, recreativos e desportivos a realizar no período de 15 de maio a 5 de junho de 2018 e que contam com o apoio da Autarquia. A Câmara tomou conhecimento.-----

-----Não havendo assunto algum mais a tratar e sendo 19,30 horas, a Senhora Presidente da Câmara, declarou encerrada a reunião, lavrando-se para constar a presente ata.-----